

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XIX - N.º 6 / 2018

3 de abril de 2018



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 3 de abril de 2018

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

CÂMARA MUNICIPAL

6.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 21 de março de 2018

	Página
Voto de Pesar	7
Moção	8
Voto de Pesar	8
4.ª Alteração Orçamental 2018, 5.ª Modificação Orçamental	9
Designação de Representante do Município de Odivelas no Conselho de Administração da Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e Oeste, S.A.	9
Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, de Corrupção e Infrações Conexas	10
Desafetação do domínio público, para integrar o domínio privado municipal, de parcela de terreno, sita na Rua do Olival, Bairro Casal das Queimadas, União de Freguesias de Pontinha e Famões	10
Cedência da Posição Contratual da “ O Lar Ferroviário, Cooperativa de Habitação e Construção, CRL”, para a “NHC - Social, Cooperativa de Solidariedade Social, CRL”	10
Preço e condições de venda da habitação municipal sita na Rua Rainha Santa Isabel, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	10
Aplicação de medida cautelar para encerramento de armazém, localizado na Rua Padre Américo Monteiro de Aguiar, Lote 3, Serra da Luz, União das Freguesias de Pontinha e Famões	10
Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Odivelas e o Centro Nacional de Cibersegurança	10
Atribuição dos serviços de transporte especial a munícipe	13
Perdão de dívida referente a refeições escolares	14
Alteração ao Protocolo de Apoio às Associações e Corpos de Bombeiros do Concelho de Odivelas e aos Protocolos dos Piquetes de Primeira Intervenção (PPI's) com cada um as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho de Odivelas	14
Adesão do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo à Associação “Carta Europeia das Abadias e Sítios Cistercienses”	25
Aquisição de veículos, por ocupação, e destino final dos mesmos através da alienação para desmantelamento qualificado por empresa certificada	25
Atribuição de comparticipação financeira a Rui Miguel Cerqueira Martins - Contrato Programa	26
Prorrogação do período de utilização do apoio financeiro à Cruz Vermelha Portuguesa	27
Doação de bens (equipamentos de comunicações e materiais didáticos em suporte físico e informático), ao Município de São Caetano de Odivelas, no Brasil	27
Cedência de transporte municipal à Paróquia de S. Pedro de Caneças	27
Cedência de transporte municipal ao Centro Comunitário Paroquial de Famões, ao Centro Comunitário Paroquial da Ramada e ao Centro Social Paroquial da Póvoa de Santo Adrião	28
Cedência de transporte municipal à Associação de Feirantes do Distrito de Lisboa	28



	Página
Alvará de Loteamento, n.º 06/2003, em nome de Camilo Santos Rodrigues, na Rua dos Peões, em Caneças	28
Pedido de substituição da caução prestada por hipoteca voluntária de lotes 10 e 11, na Quinta do Barruncho, Póvoa de Santo Adrião	28
Declaração de caducidade relativa ao pedido de alteração ao projeto de loteamento, licenciamento das obras de urbanização e das condições do aditamento ao alvará de Loteamento n.º 05/2001 - Bairro Trigache Norte, União de Freguesias de Pontinha e Famões	28
Declaração de caducidade do procedimento de licença administrativa de alteração do alvará de Loteamento n.º 07/1992, para os Lotes 54 e 95, Bairro Moinho do Baeta	28
Receção provisória das obras de urbanização, Bairro da Quinta das Pretas	29
Alteração ao alvará de licença de loteamento n.º 01/2000, para o lote 46, Bairro Granjas Novas	29
Alteração do alvará de Loteamento n.º 01/2000, para os Lotes 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 49, 50, 51, 52, 126, 227, 229, 230, 231 e 233, Bairro Granjas Novas	29
Alteração ao alvará de Loteamento n.º 04/2011, inserido no Bairro dos Quatro para o lote 473, na União das Freguesias de Pontinha	29
Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 174, da Rua 16 de Abril, no Bairro Sol Nascente	30
Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 592, da Rua Engenheiro Duarte Pacheco, no Bairro dos Quatro (Trigache Norte Augi II)	30
UNIDADES ORGÂNICAS	
Despachos	30
Decisões com Eficácia Externa	33

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 22 de março de 2018

Alteração da Ordem de Trabalhos da presente reunião	45
Recomendações	45
Votos de Pesar	46
Moções	50
Proposta de Realização de Assembleia Municipal Extraordinária para Discussão da Gestão e Utilização futura do Convento de S. Dinis e de S. Bernardo”	54
Passagem de pontos para uma próxima Sessão da Assembleia Municipal	54

3.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 26 de março de 2018

Convento ou Instituto de Odivelas - Cedência de Utilização ao Município de Odivelas	55
Dissolução e liquidação da Sociedade Odivelas Viva	57

4.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 28 de março de 2018

Designação de representantes das Freguesias do Concelho de Odivelas para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta	59
Desafetação, do domínio público para integrar o domínio privado municipal, da parcela de terreno a desafetar da parcela de terreno, sita na Rua Major Mouzinho de Albuquerque, Quinta da Palmeira, Freguesia de Póvoa de Santo Adrião	59
Adjudicação do concurso público para aquisição de revisão oficial de contas, para o período de 2018/2021 - agrupamento de entidades adjudicantes - SIMAR de Loures e Odivelas	60
Proposta de Recomendação	60
Constituição de Comissões Especializadas Permanentes	61



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





CÂMARA MUNICIPAL

6.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 21 de março de 2018

DELIBERAÇÕES

VOTO DE PESAR

MARIELLE FRANCO - NÃO É LUTO, É LUTA

“Favelada, negra, mãe adolescente, mulher, Marielle Franco contrariou as estatísticas e formou-se na Pontifícia Universidade Católica, fruto do programa pré-vestibular comunitário e de uma bolsa de estudos integral.

Mas foi a bala perdida que em 2000 matou uma amiga próxima, no seguimento de um confronto entre polícias e traficantes na Maré, que a levou para a política ativa.

Ativista pelos direitos humanos e contra intervenções violentas nas favelas trabalhou em organizações da sociedade civil, como a Brasil Foundation e o Centro de Ações Solidárias da Maré (Ceasm). Em 2006 tornou-se assessora de Marcelo Freixo na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e em 2012 passou a coordenar a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania daquela Assembleia.

Em 2016, fazendo campanha como feminista, negra, gay e contra a violência policial, foi eleita a quinta vereadora mais votada do Rio de Janeiro e a segunda mulher mais votada em todo o País.

Na Câmara Municipal, presidiu à Comissão de defesa da mulher e trabalhou no desenvolvimento de projetos-lei de defesa das mulheres como **#AssédioNãoéPassageiro**, contra o assédio nos transportes públicos; **Espaço Coruja - Espaço Infantil Noturno** para apoio a mães e pais que estudam à noite; o projeto de Lei **Pra Fazer Valer o Aborto Legal no Rio e a Lei das Casa de Parto**, estruturas que realizam partos normais e salvaguardam a saúde da mãe e do bebê, de forma próxima e acessível.

Foi uma das vozes mais críticas da intervenção militar no Rio de Janeiro, tendo vindo a ser, a 28 de Fevereiro do

corrente ano, nomeada relatora da Comissão da Câmara de Vereadores, criada para acompanhar a intervenção do exército, denunciando sistematicamente e em diversos fóruns o aumento da violência de Estado depois da ocupação e, de forma contundente, a violência policial no bairro suburbano de Acari.

A 14 de Março foi executada com quatro tiros na cabeça, juntamente com o seu motorista, Anderson Pedro Gomes.

No dia seguinte e no rescaldo deste ato de barbárie, o jornal brasileiro Extra sentiu a necessidade de publicar um artigo, no qual explica aos seus leitores o que são os Direitos Humanos.

A morte de Marielle é não só uma trágica perda para o Brasil e para as mulheres brasileiras mas, acima de tudo, para as mulheres e homens defensores da dignidade da Mulher e dos Direitos Humanos em todo o mundo.

Nas suas palavras: **“Não é à toa que política e luta são palavras femininas. Nós, mulheres, estamos historicamente disputando nosso lugar no trabalho, na vida pública e na política, que é caracterizada pela ausência feminina nesse espaço de decisão.**

E como não desistimos do direito à vida das mulheres, dos negros e da juventude, a nossa luta é pra fazer valer.”

Em sua homenagem, milhares têm-se manifestado e reunido em vigílias por todo o mundo, como aconteceu na passada segunda-feira em Lisboa, Porto, Braga e outras localidades, repetindo, em sua memória – **“Não é luto, é luta!”**

A Câmara Municipal de Odivelas, reunida em 21 de Março de 2018, manifesta o seu profundo pesar e repúdio pelo assassinato da Vereadora Marielle Franco e apresenta as condolências à sua família e amigos mais próximos.

O Executivo da Câmara Municipal de Odivelas

(Apresentado pela bancada do PS e da Coligação Dar Força a Odivelas - PPD/PSD/CDS/PP - aprovado, por unanimidade).

Odivelas, 22 de março de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

(Aprovado por unanimidade)



MOÇÃO

PELA CONTINUAÇÃO DA LINHA AMARELA ATÉ AO CENTRO DA CIDADE!

“Considerando que:

- O concelho de Odivelas atualmente com uma população de aproximadamente 160.000 pessoas, com grande parte da sua população activa a trabalhar e estudar em Lisboa é, desde Março de 2004, servido pelo metropolitano até ao centro da cidade de Lisboa, por via da linha amarela cujo traçado é direto e com um percurso com uma duração de 20-30 minutos aproximadamente;

- O Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa prevê que a Linha Amarela seja alterada, obrigando os muitos milhares de passageiros de Odivelas e de outros concelhos a norte de Lisboa a terem de mudar de linha na estação do Campo Grande, para se dirigirem ao Saldanha, ao Marquês de Pombal, ao Rato ou à Cidade Universitária;

- A implementação de tal medida irá também afetar o trânsito, bem como a qualidade do ar, na cidade de Lisboa, já que muitos passageiros irão preferir levar os seus automóveis, pelo menos, até à estação do Campo Grande, em detrimento de entrarem nas estações de metro de Odivelas ou do Senhor Roubado, como atualmente sucede;

- A estação de metro de Odivelas foi a terceira mais movimentada da Linha Amarela, no ano de 2017, ultrapassando mesmo a estação da Rotunda (Marquês de Pombal). Só a estação de Odivelas teve 7.364.376 entradas e saídas de passageiros, ficando assim só atrás do Campo Grande (com 7.987.650) e de Entrecampos (10.572.643), a qual foi a estação mais frequentada de toda a linha.

- É possível estudar a solução de integração da Linha Amarela na projetada linha circular (Linha Verde), sem que seja necessário efetuar o transbordo adicional no Campo Grande, como, aliás, também defendeu o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina;

- A expansão de Metropolitano deve ter em consideração a mobilidade e os movimentos pendulares das populações.

A Câmara Municipal de Odivelas delibera:

- **Assumir o compromisso da defesa intransigente da continuação da Linha Amarela;**

- **Exigir o reajustamento do Plano de Expansão do Metropolitano, de forma a que a Linha Amarela continue a servir o mesmo território, mantendo o traçado até ao centro da cidade de Lisboa, sem que**

as populações dos concelhos a norte de Lisboa sejam drasticamente afetadas;

- Requerer que seja retomado o projeto de expansão do Metropolitano de Lisboa até Loures, como forma de descongestionamento das áreas centrais do Concelho de Odivelas.”

(Apresentado pela bancada do PS, da CDU e da Coligação Dar Força a Odivelas - PPD/PSD/CDS/PP - aprovado, por unanimidade)

Odivelas, 22 de março de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

(Aprovado por unanimidade)

VOTO DE PESAR

FALECIMENTO DE JOÃO CALVÃO DA SILVA

“João Calvão da Silva, nasceu em 20 de Fevereiro de 1952, tendo cedo enveredado pelo percurso académico logo após a sua licenciatura na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra onde, em 1975, obteve a classificação de 17 valores. Em 1986 conclui o seu curso de pós-graduação em Ciências Jurídicas com a classificação se muito bom e distinção de 18 valores. Já em 1990, com distinção e louvor por unanimidade, conclui o seu doutoramento em Direito Civil na sua Universidade de Coimbra onde é contratado como Professor Auxiliar. Em 2002 foi promovido a Professor Agregado por unanimidade, após provas públicas de concurso passado um ano foi aprovado por unanimidade no concurso para Professor Catedrático tendo tomado posse no dia 5 de Junho de 2003.

De Junho de 1983 a Fevereiro de 1985, exerceu no IX Governo Constitucional as funções de Secretário de Estado Adjunto do Vice Primeiro Ministro, Professor Doutor Carlos Alberto da Mota Pinto; foi Presidente da Comissão de Fiscalização da TAP Air Portugal, E.P. de Outubro de 1985 a Abril de 1992; membro do Conselho Superior do Ministério Público de Setembro de 1992 a Outubro de 1995; administrador (não executivo) do Banco Totta & Açores, SA, de Janeiro de 1991 a Março de 1998 e do Banco Crédito Predial Português de Janeiro de 1993 a Março de 1996; administrador executivo da SIC – Sociedade Independente de Comunicação, SA, de Abril de 1994 a 13 de Março de 1998; Deputado da Assembleia da República até Outubro de 1999, eleito nas eleições legislativas de 1 de Outubro de 1995, tendo integrado a



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, a Comissão eventual para a Revisão Constitucional e a Delegação Portuguesa à Assembleia Parlamentar da OSCE-Organização para a Segurança e Cooperação na Europa; foi membro do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Global de 1998 a 2002; membro do Conselho Superior da Magistratura de 19 de Maio de 2005 até 2009.

Mais recentemente foi Ministro da Administração Interna do XX Governo Constitucional e foi até ao passado mês de Fevereiro, Presidente do Conselho de Jurisdição Nacional do PPD-PSD.

Não podemos deixar de lamentar a perda de um vulto da comunidade jurídica portuguesa que muito contribuiu para o Direito Privado Português bem como para a democracia e desenvolvimento económico de Portugal.

(Apresentado pela bancada da Coligação Dar Força a Odivelas - PPD/PSD/CDS/PP - aprovado, por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador Florentino Serranheira, em nome individual e os votos a favor do restante executivo)

Odivelas, 22 de março de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
(Hugo Martins)''

(Aprovado por maioria)

ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL

4.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL 2018 5.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

4.ª Alteração Orçamental 2018, 5.ª Modificação Orçamental, nos termos dos Mapas anexos à informação n.º Interno/2018/3004, de 2018.03.16 e que farão parte integrante da ata da presente reunião, de acordo com o proposto na referida informação.

“4.ª Alteração Orçamental

A 4.ª Alteração Orçamental de 2018 encontra-se devidamente calendarizada e reproduz a necessidade de ajustamentos (reforços e anulações) de algumas rubricas dos serviços municipais, imprescindíveis ao seu normal funcionamento.

De entre os vários movimentos de reforço, destaque para:

-No Departamento de Obras Municipais e Habitação:

28.000,00 Euros (vinte e oito mil euros), para o projeto “Beneficiação e Requalificação da Rede Viária – Intervenções Diversas em Arruamentos”;

O valor de 15.000,00 euros (quinze mil euros), referente ao projeto “Bibliotecas Municipais – Biblioteca D. Dinis”.

-No Departamento de Gestão Educativa, Juventude, Cultura e Ambiente:

No projeto “Pessoal Não Docente”, o valor de 16.205,00€ (dezasseis mil, duzentos e cinquenta euros).

Deste modo, a Alteração Orçamental do lado da Despesa totaliza 42.010,00 Euros (quarenta e dois mil e dez euros), verificando-se um aumento das despesas correntes no valor de 24.360,00 Euros (vinte e quatro mil, trezentos e sessenta euros), por contrapartida de um decréscimo de igual montante ao nível das despesas de capital, conforme quadro seguinte:

Modificação Despesa

Quadro Síntese

	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações
Total de Despesas Correntes	42.010,00	17.650,00
Total de Despesas Capital	0,00	24.360,00
Total Geral	42.010,00	42.010,00

(un: euros)

(Aprovado por maioria)

VALORSUL, S.A.

REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Designação da Mestre Ana Paula Marques Teixeira como Representante do Município de Odivelas no Conselho de Administração da Valorsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e Oeste, S.A., para as funções de Administradora não executiva, em conformidade com o previsto no Acordo Parassocial e ao abrigo do disposto na alínea oo) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com a Proposta n.º 04/PRES/2018, datada de 14 de março de 2018.

(Aprovado por maioria, através de escrutínio secreto, com seis votos a favor, três abstenções e um voto contra)



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 15 DE JULHO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, de Corrupção e Infrações Conexas – PPRGCIC, referente ao período de 15 de julho de 2015 a 31 de dezembro de 2016, no âmbito da recomendação, de 1 de julho de 2009, aprovada pelo Conselho de Prevenção da Corrupção sobre esta matéria, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/8636/2018, de 2018.03.05.

(Aprovado por maioria)

DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO

PARCELA DE TERRENO NA RUA DO OLIVAL, BAIRRO CASAL DAS QUEIMADAS, UNIÃO DE FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES

Desafetação do domínio público, para integrar o domínio privado municipal, de parcela de terreno contígua à escola EB1/JI Quinta das Dálias, com a área de 344,24 m², sita na Rua do Olival, Bairro Casal das Queimadas, União de Freguesias de Pontinha e Famões, Concelho de Odivelas, confrontando a norte com propriedade privada (Lotes 103, 104, 105 do Alvará de Loteamento n.º 4/2009), a sul com a Rua das Dálias, a nascente com propriedade privada, a poente com a Rua do Olival, de acordo com o proposto na informação Interno/2018/1952, de 16.02.2018.

Carece de deliberação por parte da Assembleia Municipal

(Aprovado por unanimidade)

CEDÊNCIA DE POSIÇÃO CONTRATUAL

EMPREENDIMENTO DA ARROJA

Cedência da Posição Contratual da “O Lar Ferroviário, Cooperativa de Habitação e Construção, CRL”, para a “NHC - Social, Cooperativa de Solidariedade Social, CRL”, de 28 fogos e 6 espaços comerciais/equipamentos dos blocos 5, 6 e 7 do Empreendimento da Arroja, nos

termos do protocolo existente com o Município de Odivelas, de acordo com o proposto na informação Interno/2018/2903, de 2018.03.14.

(Aprovado por unanimidade)

HABITAÇÃO MUNICIPAL

PREÇO E CONDIÇÕES DE VENDA DE HABITAÇÃO MUNICIPAL UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES

Preço e condições de venda da habitação municipal sita na Rua Rainha Santa Isabel, n.º 3 – 3.º Esq.º, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo valor de €27.011,00 (vinte e sete mil e onze euros), a Maria do Carmo Gomes Varela, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/2368, de 2018.03.01.

(Aprovado por unanimidade)

FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

APLICAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR PARA ENCERRAMENTO DE ARMAZÉM

Aplicação de medida cautelar, ao abrigo do Regulamento Geral de Ruído, para encerramento de armazém, localizado na Rua Padre Américo Monteiro de Aguiar, Lote 3, Serra da Luz, União das Freguesias de Pontinha e Famões, contudo, em caso de incumprimento da medida cautelar de encerramento, será aplicada a execução coerciva do ato de encerramento, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/2907, de 2018.03.14

(Aprovado por unanimidade)

CIBERSEGURANÇA

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Odivelas e o Centro Nacional de Cibersegurança, que tem como objeto estabelecer as formas de cooperação entre o Gabinete Nacional de Segurança/Centro Nacional de Cibersegurança (GNS/CNCS) e o Município de Odivelas, no desenvolvimento das capacidades nacionais de



cibersegurança, troca de conhecimento e no apuramento mútuo das capacidades de cibersegurança, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/2870, de 2018.03.14, nos termos da minuta anexa à referida informação.

“MINUTA PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O
GABINETE NACIONAL DE SEGURANÇA /
CENTRO NACIONAL DE CIBERSEGURANÇA
E O MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 3/2012, de 16 de janeiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 162/2013, de 4 de dezembro, e 69/2014, de 9 de maio e 136/2017, de 6 de novembro, no âmbito do Gabinete Nacional de Segurança (GNS) funciona o Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS).

Considerando que o CNCS tem por missão contribuir para que o país use o ciberespaço de uma forma livre, confiável e segura, através da promoção da melhoria contínua da cibersegurança nacional e da cooperação internacional, em articulação com todas as autoridades competentes, bem como da implementação das medidas e instrumentos necessários à antecipação, à deteção, reação e recuperação de situações que, face à iminência ou ocorrência de incidentes ou ciberataques, ponham em causa o funcionamento das infraestruturas críticas e os interesses nacionais.

Considerando que, nos termos das alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 2.º-A do aludido Decreto-Lei, compete ao CNCS desenvolver as capacidades nacionais de prevenção, monitorização, deteção, reação, análise e correção, destinadas a fazer face a incidentes de cibersegurança e ciberataques; promover a formação e a qualificação de recursos humanos na área da cibersegurança, com vista à formação de uma comunidade de conhecimento e de uma cultura nacional de cibersegurança; exercer os poderes de autoridade nacional competente em matéria de cibersegurança, relativamente ao Estado e aos operadores de infraestruturas críticas nacionais e contribuir para assegurar a segurança dos sistemas de informação e comunicação do Estado e das infraestruturas críticas nacionais.

Considerando que a Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço, aprovada em anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2015, de 12 de junho, se funda no compromisso de aprofundar a segurança das redes e da informação, como forma de garantir a proteção e defesa das infraestruturas críticas e dos serviços vitais de informação, e potenciar uma utilização livre, segura e eficiente do ciberespaço por parte de todos os cidadãos, das empresas e das entidades públicas e privadas.

Considerando a Diretiva (UE) 2016/1148, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de julho de 2016, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de

segurança das redes e da informação em toda a União, que tem como objetivo aumentar as capacidades em cibersegurança, a cooperação entre os Estados membros, a aplicação de medidas de segurança e a notificação de incidentes por parte dos operadores de serviços essenciais e dos prestadores de serviços digitais.

Considerando que o CERT.PT é o serviço de coordenação nacional de resposta a incidentes, que opera no GNS/CNCS e participa como membro na Rede Nacional de CSIRT (rede de equipas de reação a incidentes de cibersegurança), com a missão de estabelecer laços de confiança entre elementos responsáveis pela segurança informática, de criar indicadores e informação estatística nacional sobre incidentes de segurança, de criar instrumentos necessários à prevenção e resposta rápida num cenário de incidente de grande dimensão e de promover uma cultura de segurança em Portugal.

Considerando o disposto na Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, alterada pela Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto, Lei da Proteção de Dados Pessoais, que transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva n.º 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais e à livre circulação desses dados.

Considerando a participação internacional do GNS / CNCS na Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação (ENISA), na Task Force de CSIRT Europeia (TF-CSIRT europeia), no Forum of Incident Response and Security Teams (FIRST) e na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

Considerando que compete ao Município de Odivelas (Município), através do Gabinete de Tecnologia, Informação e Conhecimento, promover a segurança e privacidade no uso dos sistemas e das tecnologias de informação e comunicação no âmbito da sua atuação municipal.

Considerando que a segurança do ciberespaço é uma responsabilidade partilhada entre diferentes atores, sejam eles públicos ou privados, militares ou civis, coletivos ou individuais.

Considerando que a cooperação entre o GNS / CNCS e o Município se revela importante para a segurança do ciberespaço do município e nacional, potenciando uma utilização livre, segura e eficiente do ciberespaço por parte dos cidadãos, das empresas e das entidades públicas e privadas.

Considerando que esta cooperação é feita com o objetivo de proteger os direitos fundamentais, a liberdade de expressão, os dados pessoais, a privacidade dos cidadãos e a informação do Município.



Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-lei n.º 3/2012, de 16 de janeiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 162/2013, de 4 de dezembro, e 69/2014, de 9 de maio e 136/2017, de 6 de novembro, para assegurar o exercício das suas atribuições, pode o GNS estabelecer parcerias, protocolos e outras formas de cooperação com quaisquer entidades, nacionais ou estrangeiras.

Entre

O Gabinete Nacional de Segurança / Centro Nacional de Cibersegurança, doravante designado GNS/CNCS, com sede na Rua da Junqueira, n.º 69, em Lisboa, representado neste ato pelo subdiretor-geral do GNS responsável pela coordenação do CNCS, Professor Doutor Pedro Manuel Barbosa Veiga ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 1395/2017, de 26 de janeiro, do diretor-geral do GNS, Contra-Almirante António Gameiro Marques, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 30, de 10 de fevereiro;

E

O Município de Odivelas, doravante designada por MO, com sede na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, pessoa coletiva n.º 504 293 125, representado neste ato por Hugo Manuel dos Santos Martins, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Odivelas;

Celebram o presente Protocolo que se rege pelo disposto nas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira Objeto

O presente Protocolo tem por objeto estabelecer as formas de cooperação entre o GNS/CNCS e Município de Odivelas, doravante referidos como Partes, no desenvolvimento das capacidades nacionais de cibersegurança, troca de conhecimento e no aprofundamento mútuo das capacidades de cibersegurança.

Cláusula Segunda Áreas de cooperação

1.No âmbito do presente Protocolo as áreas de cooperação entre as Partes são as seguintes:

- a)Desenvolvimento estratégico;
- b)Operações de cibersegurança;
- c)Formação e qualificação de recursos humanos;
- d)Sensibilização em matéria de cibersegurança;

e)Políticas de cibersegurança;

f)Exercícios de cibersegurança;

g)Apresentação de candidaturas a projetos com cofinanciamento comunitário;

h)Outras áreas da cibersegurança que sejam acordadas entre as Partes.

2.As iniciativas e projetos específicos constituem adendas próprias, que passam a fazer parte integrante do presente Protocolo, depois de aprovadas por escrito pelas Partes por quem, de acordo com os respetivos normativos internos em vigor, tenha competência para tal.

Cláusula Terceira Partilha de informação de segurança

1.As partes comprometem-se a partilhar informação de segurança, cumprindo o princípio da necessidade de conhecer e o interesse setorial ou nacional da informação partilhada.

2.Os termos que regulam esta partilha de informação são definidos por iniciativa ou projeto, constando da respetiva adenda ao presente Protocolo.

Cláusula Quarta Custos

Os custos decorrentes da execução do presente Protocolo são da exclusiva responsabilidade de cada uma das partes, salvo situações particulares que serão objeto de prévio acordo escrito e constarão como adendas ao presente Protocolo. A celebração do presente Protocolo não comporta custos diretos decorrentes de quotas anuais, participação em seminários, fóruns ou ações de formação obrigatórias.

Cláusula Quinta Contatos de gestão e pontos de contato

1.Tendo em vista a gestão do presente Protocolo, são, desde já, definidos os seguintes contactos:

a)Pelo GNS/CNCS, o Coordenador do Departamento de Operações, com o endereço de correio eletrónico coordenador.operacoes@cncs.gov.pt e o telefone 910599492;

b)Pela MO, o Coordenador do Gabinete de Tecnologia, informação e Conhecimento, com o endereço de correio eletrónico gtec@cm-odivelas.pt e o telefone 964865751.

2.Tendo em vista a rápida e eficaz resolução de incidentes de segurança da informação, as Partes designam os seguintes elementos de coordenação operacional (ECO):



a) Pelo GNS/CNCS, CERT.PT, com o endereço de correio eletrónico cert@cert.pt e o telefone 210497399;

Cláusula Nona
Casos Omissos

b) Pela MO/GTIC, o responsável da Administração de Sistemas, com o endereço de correio eletrónico informatica@cm-odivelas.pt e o telefone 965655254.

Os casos omissos no presente Protocolo e as eventuais dúvidas serão resolvidos ou esclarecidos por consenso entre as Partes.

3. Qualquer alteração ao indicado nos números anteriores deverá ser comunicada de imediato e por escrito à outra Parte.

Cláusula Décima
Responsabilidade

Cláusula Sexta
Reuniões de coordenação e relatório anual

1. Para efeitos da melhoria da execução do previsto no presente Protocolo e nas suas adendas, podem as Partes realizar reuniões de coordenação.

2. As reuniões de coordenação têm lugar, pelo menos, uma vez por ano e para as mesmas podem as Partes, por mútuo acordo, convidar outras entidades.

3. As Partes comprometem-se a elaborar um relatório anual que reflete os resultados da implementação do presente Protocolo e das suas adendas.

Cada uma das Partes é individualmente responsável pelo cumprimento das suas obrigações, no âmbito deste Protocolo, não havendo lugar à responsabilidade solidária de cada uma das signatárias.

O presente Protocolo vai celebrado em 2 (dois) exemplares e tem 10 (dez) cláusulas escritas em 7 folhas, por todos rubricados à exceção desta última, por conter as assinaturas, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

Lisboa, aos ____ de _____ de 2018

Pelo Gabinete Nacional de
Segurança /
Centro Nacional de
Cibersegurança

Pelo Município de
Odivelas

Cláusula Sétima
Revisão

1. O presente Protocolo pode ser revisto sempre que uma das partes o entenda conveniente, visando a introdução de adaptações consideradas necessárias, desde que obtido o consentimento da outra parte.

2. As alterações ao presente Protocolo revestirão sempre a forma escrita e poderão ser decididas em qualquer momento por comum acordo, assumindo a forma de substituição parcial ou integral ou de aditamento ao presente Protocolo, como adendas.

Prof. Doutor Pedro Veiga

Dr. Hugo Martins

(Aprovado por unanimidade)

SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESPECIAL

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESPECIAL

Atribuição dos serviços de transporte especial a município para deslocação quinzenal da Instituição Cooperativa de Empreendedorismo para o Desenvolvimento Económico e Social de Todo o País, CRL (CERCITOP), no Telhal, para a Póvoa de Santo Adrião à sexta-feira e viagem de retorno da Póvoa de Santo Adrião para o Telhal no domingo, com data prevista para o dia 30 de março de 2018, perfazendo um total previsto de 40 viagens para o ano de 2018, nos termos e de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/2881, de 2018.03.14.

(Aprovado por unanimidade)

Cláusula Oitava
Vigência, denúncia e resolução

1. O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura, pelo período de um ano, sendo automaticamente renovado por iguais períodos.

2. Qualquer uma das Partes pode denunciar o presente Protocolo através de comunicação escrita, com uma antecedência mínima de 60 dias em relação à data do termo da vigência ou das suas renovações.

3. O presente Protocolo pode ser resolvido por qualquer das Partes, mediante comunicação à contraparte com efeitos imediatos, em caso de incumprimento pela outra parte de qualquer obrigação assumida nos termos do presente Protocolo.



REFEIÇÕES ESCOLARES

PERDÃO DE DÍVIDA

Perdão de dívida referente a refeições escolares, nos termos e de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/2752, de 2018.03.12.

(Aprovado por unanimidade)

ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS

ALTERAÇÃO DE PROTOCOLOS

Alteração ao Protocolo de Apoio às Associações e Corpos de Bombeiros do Concelho de Odivelas e aos Protocolos dos Piquetes de Primeira Intervenção (PPI's) com cada um das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho de Odivelas, anteriormente aprovados na 3.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 2018.02.07 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 3/2018*, de 20 de fevereiro, pág. 11), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/2344, de 2018.02.28.

“PROTOCOLO DE APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES E CORPOS DE BOMBEIROS

Entre a Câmara Municipal de Odivelas e as Associações de Bombeiros do concelho de Odivelas

PREÂMBULO

Considerando:

- Que as autarquias locais têm vindo a assumir uma responsabilidade determinante em matéria de Proteção Civil por força da descentralização de poderes do Estado e por efeito do seu particular conhecimento geográfico e das populações do respetivo território;
- Que a amplitude da missão de prevenção e proteção de pessoas e bens da Proteção Civil faz concentrar nas ações de socorro uma grande parte da sua responsabilidade, estando esta vertente operacional atribuída, por excelência, aos Corpos de Bombeiros, não obstante a articulação com todas as restantes entidades envolvidas na esfera de atuação do SMPC;
- Que investir e colaborar com as Corporações de Bombeiros se traduz num investimento ao socorro das

populações garantindo consequentemente uma maior celeridade e operacionalidade dos meios de ação;

- Que a Câmara Municipal de Odivelas desde a sua instalação compreendeu que o trabalho em prol da população começaria por garantir a sua segurança, tendo-se aproximado dos Corpos de Bombeiros com o apoio e os subsídios que permitissem uma renovação da frota e uma modernização que lhes assegurasse a realização com eficácia da amplitude da sua missão junto de todos os que deles dependem e precisam – ou seja, junto de todos nós;

- Que para manter o rumo desta história e construir o futuro com a segurança que todos queremos, é necessário deixar vinculada e escrita a vontade desta autarquia local em continuar a apoiar as Corporações de Bombeiros do nosso concelho, minimizando a surpresa do imprevisto e do incerto, e afirmando o desejo de que este exemplo se multiplique e de que o reconhecimento se perpetue;

- Que a verdadeira história da missão de socorro é feita pelos Corpos de Bombeiros, através da sua dedicação e do seu empenho, da sua destreza e da sua coragem, numa época recheada de perigos, de acidentes e de catástrofes, sabendo que serão eles o nosso escudo e o nosso auxílio, sempre presentes arriscando a sua própria vida, a troco da vontade de ajudar os outros e conseguindo que a dignidade de sermos não apenas homens e mulheres mas antes de tudo seres humanos, teimando em não deixar esquecidos os valores da vida;

Pretende a Câmara Municipal de Odivelas que o presente Protocolo, além da metodologia e dos procedimentos a que visa dar continuidade, reflita a colaboração institucional que pretende assegurar e manter com os Corpos de Bombeiros Voluntários do concelho de Odivelas, homenageando todos os bombeiros, homens e mulheres, que se fazem representar nas três Corporações deste Município: Caneças, Odivelas e Pontinha.

Considerando ainda que a legislação em vigor prevê que:

Nos termos do Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho, e das demais normas e regulamentos em vigor, constitui missão dos corpos de bombeiros:

- a) A prevenção e o combate a incêndios;
- b) O socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes;
- c) O socorro a náufragos e buscas subaquáticas;
- d) O socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar, no âmbito do sistema integrado de emergência médica;



e) A emissão, nos termos da lei, de pareceres técnicos em matéria de prevenção e segurança contra riscos de incêndio e outros sinistros;

f) A participação em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas;

g) O exercício de atividades de formação e sensibilização, com especial incidência para a prevenção do risco de incêndio e acidentes junto das populações;

h) A participação em outras ações e o exercício de outras atividades, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos e nos fins das respetivas entidades detentoras;

i) A prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável.

Nos termos do artigo 35.º, n.º 1, alínea v), da Lei n.º 75/2013, de 12 de janeiro, compete ao Presidente da Câmara Municipal “dirigir, em articulação com os organismos da administração pública com competência no domínio da proteção civil, o serviço municipal de proteção civil, tendo em vista o cumprimento dos planos de emergência e programas estabelecidos e a coordenação das atividades a desenvolver naquele âmbito, designadamente em operações de socorro e assistência na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe”.

Ainda nos termos do artigo 4.º, n.º 1, da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho que aprovou a Lei de Bases da Proteção Civil, são objetivos fundamentais da Proteção Civil:

a) Prevenir os riscos coletivos e a ocorrência de acidentes graves ou de catástrofes deles resultantes;

b) Atenuar os riscos coletivos e limitar os seus efeitos no caso das ocorrências descritas na alínea anterior;

c) Socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos em perigo, proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público;

d) Apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe.

Se firma entre a Câmara Municipal de Odivelas, doravante designada CMO, representada pelo seu Presidente, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, e as três Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do concelho de Odivelas, doravante designadas Associações, representadas respetivamente pelos seus Presidentes da Direção, elaborado de boa-fé através do presente instrumento um Protocolo de Cooperação, nos termos da competência prevista na alínea u) do n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime

Jurídico das Autarquias Locais, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objetivos

O presente protocolo tem como objetivo geral a articulação e clarificação da atitude de Proteção Civil da Câmara Municipal face às Corporações de Bombeiros do concelho, nos domínios da definição das responsabilidades mútuas e específicas, da aproximação de interesses e necessidades e da promoção de uma lógica racional, coerente e equilibrada dos apoios prestados pela CMO às Associações e Corpos de Bombeiros.

Cláusula 2.ª

Destinatários

Os destinatários do Protocolo são as Associações e respetivos Corpos de Bombeiros, sediadas no concelho de Odivelas.

Cláusula 3.ª

Subsídios para despesas com seguros

1. A CMO procederá ao pagamento das despesas com seguros de acidentes pessoais – ramo bombeiro do pessoal que integra os corpos sociais e os quadros aprovados para cada Corporação.

2. O seguro de acidentes pessoais é de aplicação legalmente obrigatória, devendo as Associações manter rigorosamente atualizadas as listagens de pessoal, tendo em conta a movimentação de entradas e saídas dos elementos abrangidos.

3. A CMO procederá ao reembolso das despesas com seguros de viaturas de cada uma das Associações, mediante a apresentação da fatura referente ao respetivo pagamento

Cláusula 4.ª

Subsídio mensal de gestão corrente e manutenção

1. A CMO compromete-se no pagamento de um subsídio mensal de gestão corrente e manutenção, pago em duodécimos, destinado a fazer face às despesas correntes essenciais ao funcionamento das Associações e Corpos de Bombeiros e à manutenção das instalações dos respetivos quartéis.

2. Os valores totais do subsídio referido no número anterior são:

A.H.B.V. Caneças – 61.440,00 €

A.H.B.V. Odivelas – 70.356,00 €

A.H.B.V. Pontinha – 62.856,00 €



3. O valor do subsídio referido neste artigo será objeto de atualização anual, de acordo com a ponderação do Executivo Municipal, desde que as possibilidades financeiras da autarquia o permitam.

Cláusula 5.^a

Subsídio para aquisição de viaturas e/ou equipamentos

1. A CMO compromete-se no pagamento de um subsídio destinado à aquisição de viaturas e/ou equipamentos, sendo que as contribuições financeiras ou em espécie atribuídas neste âmbito deverão ser efetuadas de acordo com as necessidades de cada Associação e Corpo de Bombeiros e a disponibilidade financeira da autarquia.

2. Este subsídio, cujo valor pode ir até aos € 100.000, será atribuído anualmente e da seguinte forma rotativa: até € 50.000 AHBV Caneças e € 50.000 AHBV Pontinha e € 100.000 AHBV Odivelas no ano seguinte, repetindo-se a atribuição de forma sucessiva no decurso dos anos.

3. A atribuição deste subsídio será feita sempre mediante a prévia apresentação de uma candidatura escrita, devidamente fundamentada, que deverá ser remetida à CMO, ficando o pagamento dependente do envio da fatura original.

Cláusula 6.^a

Reembolso de despesas com água e eletricidade

A CMO procederá ao reembolso mensal das despesas com água e eletricidade, mediante a apresentação da fatura referente ao respetivo pagamento.

Cláusula 7.^a

Piquetes de Primeira Intervenção

A manutenção de Piquetes de Primeira Intervenção será formalizada em protocolos especificamente dirigidos a essa matéria.

Cláusula 8.^a

Apoios pontuais

1. A CMO comparticipará até 20% dos custos da atribuição de viatura pela ANPC.

2. A CMO procederá ao pagamento de um suplemento à refeição a atribuir aos elementos dos ELAC's e ECIN's que possam ser atribuídos pela ANPC aos Corpos de Bombeiros do Concelho quando se verificarem as circunstâncias legalmente previstas para tais situações.

Cláusula 9.^a

Critérios para a atribuição de subsídios

A definição dos critérios qualitativos e quantitativos de atribuição dos apoios são da competência da CMO, tendo em atenção as necessidades manifestadas pelos

representantes das Associações/Corpos de Bombeiros e as disponibilidades financeiras autarquia.

Cláusula 10.^a

Obrigações das Associações e respetivos Corpos de Bombeiros

1. As Associações e respetivos Corpos de Bombeiros, além do cumprimento das missões consignadas na lei e mencionadas no preâmbulo deste protocolo, comprometem-se ainda, na medida das suas possibilidades no âmbito técnico e dos meios humanos e materiais, a dar cumprimentos às seguintes ações e procedimentos:

a) Abastecimento de água às populações, em caso de avaria no sistema de distribuição ou de carência resultante de causas fortuitas, acidentais ou meteorológicas;

b) Envio ao SMPC dos relatórios anuais, balanço e contas do exercício, imediatamente após aprovação em Assembleia Geral;

c) Comparência em reuniões convocadas pela CMO;

2. Além do previsto no número anterior e sempre que possível deverão os Corpos de Bombeiros, quando solicitado pela CMO por intermédio do SMPC, assegurar a presença de uma equipa de bombeiros nas iniciativas a realizar pela autarquia.

Cláusula 11.^a

Cláusula de não cumprimento

O não cumprimento pelas Associações ou Corpos de Bombeiros das obrigações previstas neste protocolo implicam a suspensão imediata da vigência do mesmo até que cesse a causa que deu origem à suspensão.

Cláusula 12.^a

Disposições finais

1. Os efeitos do presente protocolo iniciam-se com a sua assinatura, sem prejuízo dos pagamentos dos subsídios relativos ao mês de janeiro de 2018, sendo renovado automaticamente por idênticos períodos, desde que não seja denunciado por qualquer das partes.

2. Qualquer das partes poderá proceder à denúncia deste protocolo com a antecedência prévia de 30 (trinta) dias, através de comunicação escrita, por carta registada com aviso de receção.

3. Todos os casos omissos no presente protocolo serão resolvidos de comum acordo entre as partes.

4. Com a assinatura do presente Protocolo deixam de vigorar todos os Protocolos anteriormente celebrados entre os outorgantes que versem sobre o mesmo objeto aqui contido.



Odivelas, 19 de fevereiro de 2018

O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,

Hugo Manuel dos Santos Martins

O Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caneças,

Domingos Tomé

O Comandante dos Bombeiros Voluntários de Caneças,

Manuel Varela

O Presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários de Odivelas,

Eugénio Marques

O Comandante dos Bombeiros Voluntários de Odivelas,

Fernando Santos

A Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Pontinha,

Maria José Guedes

O Comandante dos Bombeiros Voluntários da Pontinha,

Paulo Rocha

“PROTOCOLO DOS PIQUETES DE PRIMEIRA INTERVENÇÃO (PPI's)

Entre a Câmara Municipal de Odivelas e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caneças

Entre a Câmara Municipal de Odivelas, doravante designada CMO, representada pelo seu Presidente, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caneças, doravante designada Associação, representada pelo respetivo Presidente da Direção e pelo Comandante do Corpo de Bombeiros, doravante designado Comandante, é elaborado de boa-fé através do presente instrumento um protocolo para manutenção de Piquetes de Primeira Intervenção, doravante designados PPI's, no Corpo de Bombeiros de Caneças, nos termos da competência prevista na alínea u) do n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de

setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Âmbito

1. No âmbito do presente protocolo a CMO obriga-se a disponibilizar durante o ano de 2018 a verba de € 127.333,92 (cento e vinte e sete euros trezentos e trinta e três euros e noventa e dois cêntimos) com o objetivo de ser mantido no Corpo de Bombeiros de Caneças um Piquete de Primeira Intervenção (PPI) com 12 bombeiros.

2. O cálculo e transferência da verba processam-se de acordo com o previsto nas cláusulas seguintes.

3. Em caso de necessidade, poderá a CMO proceder ao aumento do número de PPI's, situação que será objeto de análise e eventual aprovação pelos órgãos competentes e que terá em conta a proporcionalidade exigida em função do número de população/e número de ocorrências.

Cláusula 2.ª

Forma de cálculo

1. A verba referida na cláusula anterior é calculada com base no montante de € 757,94 (setecentos e cinquenta e sete euros e noventa e quatro cêntimos) por elemento.

2. A verba estipulada no número anterior constitui o salário mensal médio de cada elemento que integra o PPI, devendo a Direção da Associação assegurar trimestralmente a entrega de um comprovativo do valor total pago aos PPI's naquele período.

3. O montante previsto no n.º 1 será atualizado de forma automática sempre que se registem aumentos salariais aplicáveis a trabalhadores em funções públicas.

Cláusula 3.ª

Transferência mensal e subsídios

Na prossecução do objetivo referido na cláusula 1.ª, a CMO transferirá mensalmente a verba de € 9.095,28 (nove mil e noventa e cinco euros e vinte e oito cêntimos), correspondente ao montante do pagamento mensal dos elementos do PPI da Associação, montante que será reforçado nos meses de junho e novembro com uma verba igual, correspondente aos subsídios de férias e de Natal.

Cláusula 4.ª

Tutela administrativa dos PPI's

1. Cabendo a tutela administrativa dos PPI's à Associação, compete a esta, no âmbito do presente protocolo, não obstante a legislação em vigor, a contratação entre os membros do seu Corpo de Bombeiros, dos elementos necessários à criação ou manutenção do PPI, após seleção



promovida pelo Comandante, obrigando-se a remunerá-los com as verbas a transferir para o efeito pela CMO.

2. Não poderão ser integrados no PPI bombeiros já possuidores de vínculo laboral com a Associação, a menos que se comprove a sua efetiva substituição.

Cláusula 5.^a

Tutela operacional dos PPI's

1. Cabendo a tutela operacional do PPI ao Comandante, de acordo com as competências que lhe são cometidas, deve aquele, no âmbito do presente protocolo, estabelecer os critérios de seleção do pessoal a ingressar o PPI e indicar os seus nomes, após selecionados, à Direção da Associação para que esta proceda à sua contratação.

2. Os bombeiros que vão ingressar os PPI's devem satisfazer os seguintes requisitos:

- a) Ter mais de 19 e menos de 50 anos de idade, salvo quando ingressem em lugares de coordenação ou chefia;
- b) Ter a escolaridade obrigatória como habilitação mínima, em função da data de nascimento;
- c) Possuir capacidade e robustez física necessárias, a comprovar anualmente, através da prestação de provas de aptidão física para o exercício da função de bombeiro;
- d) Possuir como formação específica obrigatória mínima o Curso de Técnicas de Socorrismo;
- e) Possuir como formação básica obrigatória o Curso de Bombeiro de 3.^a há pelo menos um ano;
- f) O motorista do PPI deve ter a carta de condução de veículos pesados e a formação complementar adequada ao exercício destas funções, podendo aos mesmos ser dispensada a obrigatoriedade de serem bombeiros de 3.^a.

3. O chefe da equipa do PPI dever ter, no mínimo, o posto de bombeiro de 1.^a e a formação complementar adequada ao exercício destas funções;

4. A gestão em matéria de formação profissional compete ao Comandante, devendo todos os elementos do PPI obter formação complementar especializada em função das necessidades e riscos específicos da zona de intervenção do Corpo de Bombeiros.

Cláusula 6.^a

Férias, folgas e horário de trabalho

A gestão funcional do pessoal do PPI no que diz respeito a matéria de férias, folgas e horário de trabalho é realizada tendo obrigatoriamente em consideração a proposta do Comandante, a fim de garantir a satisfação das

necessidades da gestão operacional do Corpo de Bombeiros.

Cláusula 7.^a

Enquadramento laboral dos PPI's

A Associação obriga-se a aplicar aos bombeiros integrantes do PPI:

- a) Um horário de trabalho elaborado sob proposta do Comandante, não superior à média de 40 horas semanais;
- b) As regalias sociais consignadas no Regime Geral de Segurança Social, fazendo entrega das contribuições que forem devidas, dentro dos prazos respetivos, no Centro Regional de Segurança Social;
- c) O pagamento de subsídio de alimentação e a elaboração de seguro de trabalho nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 8.^a

Áreas de atuação

1. A área de atuação prioritária do PPI é a área de intervenção definida para o seu Corpo de Bombeiros.
2. Cada PPI constituirá, em situação de emergência, reforço aos outros PPI's dos Corpos de Bombeiros do concelho.
3. Se o PPI intervier fora do distrito de Lisboa, deverá ser dado conhecimento ao Serviço Municipal de Proteção Civil de Odivelas, pelo Corpo de Bombeiros

Cláusula 9.^a

Deveres dos PPI's

Além das obrigações legalmente estipuladas e das constantes nos Estatutos e Regulamentos, constituem deveres do PPI:

- a) O combate a incêndios;
- b) O socorro às populações em caso de incêndios, desabamentos, inundações, abaloamentos e em todos os acidentes, catástrofes ou calamidades;
- c) O socorro e transporte de sinistrados e doentes.
- d) A colaboração em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas;
- e) A participação noutras ações, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos.



Cláusula 10.^a
Prontidão e ocupações dos PPI's

1. Para o cabal cumprimento das missões que lhe estão cometidas deverão os elementos do PPI permanecer na unidade durante o horário estipulado, devidamente equipados e uniformizados, em regime de prontidão imediata.

2. Considerando-se essencial a ocupação dos elementos do PPI fora dos períodos de intervenção, devem estes para o efeito e sem comprometimento da prontidão de intervenção:

a) Desenvolver tarefas úteis para a Associação e Corpo de Bombeiros, tais como limpeza e manutenção de equipamento, viaturas e instalações, desde que devidamente autorizadas pelo Comandante e sem prejuízo da prontidão do socorro;

b) Integrar ações visando a sua formação e adestramento, incluindo preparação física;

c) Reconhecimento dos locais de risco e de zonas críticas, mantendo contato rádio permanente com a central.

Cláusula 11.^a
Deveres da Associação

1. A Associação obriga-se a entregar à CMO:

a) Relatório trimestral com a relação dos bombeiros que fazem parte do PPI, com a respetiva identificação, posto, função a desempenhar, horário de trabalho, salário atribuído, data do início das funções e outras indicações julgadas pertinentes, bem como o comprovativo do valor total pago aos PPI's naquele período assinado pelo Presidente da Direção;

b) Relatório trimestral da totalidade dos serviços de proteção e socorro prestados pelos PPI, redigido em impresso próprio assinado pelo Comandante.

2. O envio dos relatórios mencionados no número anterior deve ser realizado até aos dias 15 janeiro, 15 de abril, 15 de julho, 15 outubro, respetivamente em função do trimestre a que se reportam.

3. O não cumprimento do disposto nos números anteriores suspende automaticamente o pagamento dos valores previstos neste protocolo.

Cláusula 12.^a
Entrada em vigor e renovação

1. Os efeitos do presente protocolo iniciam-se com a sua assinatura, sem prejuízo dos pagamentos dos subsídios relativos ao mês de janeiro de 2018, sendo renovado automaticamente por períodos de um ano desde que não

seja denunciado por qualquer das partes e enquanto não for publicada legislação que venha a enquadrar financeira e estruturalmente os PPI's.

2. Com a assinatura do presente Protocolo deixam de vigorar todos os Protocolos anteriormente celebrados entre os outorgantes que versem sobre o mesmo objeto aqui contido.

Cláusula 13.^a
Fiscalização

A CMO poderá fiscalizar, com aviso prévio, o cumprimento das cláusulas constantes do presente protocolo, comprometendo-se a Associação na componente administrativa e o Comandante na componente operacional a prestar a colaboração necessária para o efeito.

Cláusula 14.^a
Denúncia

O incumprimento das cláusulas expressas no presente protocolo legitimará qualquer das partes a proceder à sua denúncia, com a antecedência prévia de 30 (trinta) dias, através de comunicação escrita, por carta registada com aviso de receção, sem prejuízo do disposto no n.º 3 da cláusula 10.^a.

Cláusula 15.^a
Casos omissos

Todos os casos omissos no presente protocolo serão resolvidos de comum acordo entre as partes.

Odivelas, XX de XX de 2018

O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,

Hugo Manuel dos Santos Martins

O Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caneças,

Domingos Tomé

O Comandante dos Bombeiros Voluntários de Caneças,

Manuel Varela

”



“PROTOCOLO DOS PIQUETES DE PRIMEIRA
INTERVENÇÃO (PPI'S)

Entre a Câmara Municipal de Odivelas e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odivelas

Entre a Câmara Municipal de Odivelas, doravante designada CMO, representada pelo seu Presidente, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odivelas, doravante designada Associação, representada pelo respetivo Presidente da Direção e pelo Comandante do Corpo de Bombeiros, doravante designado Comandante, é elaborado de boa-fé através do presente instrumento um protocolo para manutenção de Piquetes de Primeira Intervenção, doravante designados PPI's, no Corpo de Bombeiros de Odivelas, nos termos da competência prevista na alínea u) do n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª
Âmbito

1. No âmbito do presente protocolo a CMO obriga-se a disponibilizar durante o ano de 2018 a verba de € 180.389,72 (cento e oitenta mil trezentos e oitenta e nove euros e setenta e dois cêntimos), com o objetivo de ser mantido no Corpo de Bombeiros de Odivelas um Piquete de Primeira Intervenção (PPI) com 17 bombeiros.
2. O cálculo e transferência da verba processam-se de acordo com o previsto nas cláusulas seguintes.
3. Em caso de necessidade, poderá a CMO proceder ao aumento do número de PPI's, situação que será objeto de análise e eventual aprovação pelos órgãos competentes e que terá em conta a proporcionalidade exigida em função do número de população/e número de ocorrências.

Cláusula 2.ª
Forma de cálculo

1. A verba referida na cláusula anterior é calculada com base no montante de € 757,94 (setecentos e cinquenta e sete euros e noventa e quatro cêntimos) por elemento.
2. A verba estipulada no número anterior constitui o salário mensal médio de cada elemento que integra o PPI, devendo a Direção da Associação assegurar trimestralmente a entrega de um comprovativo do valor total pago aos PPI's naquele período.
3. O montante previsto no n.º 1 será atualizado de forma automática sempre que se registem aumentos salariais aplicáveis a trabalhadores em funções públicas.

Cláusula 3.ª

Transferência mensal e subsídios

Na prossecução do objetivo referido na cláusula 1.ª, a CMO transferirá mensalmente a verba de € 12.884,98 (doze mil oitocentos e oitenta e quatro euros e noventa e oito cêntimos), correspondente ao montante do pagamento mensal dos elementos do PPI da Associação, montante que será reforçado nos meses de junho e novembro com uma verba igual, correspondente aos subsídios de férias e de Natal.

Cláusula 4.ª

Tutela administrativa dos PPI's

1. Cabendo a tutela administrativa dos PPI's à Associação, compete a esta, no âmbito do presente protocolo, não obstante a legislação em vigor, a contratação entre os membros do seu Corpo de Bombeiros, dos elementos necessários à criação ou manutenção do PPI, após seleção promovida pelo Comandante, obrigando-se a remunerá-los com as verbas a transferir para o efeito pela CMO.

2. Não poderão ser integrados no PPI bombeiros já possuidores de vínculo laboral com a Associação, a menos que se comprove a sua efetiva substituição.

Cláusula 5.ª

Tutela operacional dos PPI's

1. Cabendo a tutela operacional do PPI ao Comandante, de acordo com as competências que lhe são cometidas, deve aquele, no âmbito do presente protocolo, estabelecer os critérios de seleção do pessoal a ingressar o PPI e indicar os seus nomes, após selecionados, à Direção da Associação para que esta proceda à sua contratação.

2. Os bombeiros que vão ingressar os PPI's devem satisfazer os seguintes requisitos:

- a) Ter mais de 19 e menos de 50 anos de idade, salvo quando ingressem em lugares de coordenação ou chefia;
- b) Ter a escolaridade obrigatória como habilitação mínima, em função da data de nascimento;
- c) Possuir capacidade e robustez física necessárias, a comprovar anualmente, através da prestação de provas de aptidão física para o exercício da função de bombeiro;
- d) Possuir como formação específica obrigatória mínima o Curso de Técnicas de Socorrismo;
- e) Possuir como formação básica obrigatória o Curso de Bombeiro de 3.ª há pelo menos um ano;
- f) O motorista do PPI deve ter a carta de condução de veículos pesados e a formação complementar adequada ao



exercício destas funções, podendo aos mesmos ser dispensada a obrigatoriedade de serem bombeiros de 3.^a.

3. O chefe da equipa do PPI dever ter, no mínimo, o posto de bombeiro de 1.^a e a formação complementar adequada ao exercício destas funções;

4. A gestão em matéria de formação profissional compete ao Comandante, devendo todos os elementos do PPI obter formação complementar especializada em função das necessidades e riscos específicos da zona de intervenção do Corpo de Bombeiros.

Cláusula 6.^a

Férias, folgas e horário de trabalho

A gestão funcional do pessoal do PPI no que diz respeito a matéria de férias, folgas e horário de trabalho é realizada tendo obrigatoriamente em consideração a proposta do Comandante, a fim de garantir a satisfação das necessidades da gestão operacional do Corpo de Bombeiros.

Cláusula 7.^a

Enquadramento laboral dos PPI's

A Associação obriga-se a aplicar aos bombeiros integrantes do PPI:

- Um horário de trabalho elaborado sob proposta do Comandante, não superior à média de 40 horas semanais;
- As regalias sociais consignadas no Regime Geral de Segurança Social, fazendo entrega das contribuições que forem devidas, dentro dos prazos respetivos, no Centro Regional de Segurança Social;
- O pagamento de subsídio de alimentação e a elaboração de seguro de trabalho nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 8.^a

Áreas de atuação

- A área de atuação prioritária do PPI é a área de intervenção definida para o seu Corpo de Bombeiros.
- Cada PPI constituirá, em situação de emergência, reforço aos outros PPI's dos Corpos de Bombeiros do concelho.
- Se o PPI intervier fora do distrito de Lisboa, deverá ser dado conhecimento ao Serviço Municipal de Proteção Civil de Odivelas, pelo Corpo de Bombeiros

Cláusula 9.^a

Deveres dos PPI's

Além das obrigações legalmente estipuladas e das constantes nos Estatutos e Regulamentos, constituem deveres do PPI:

- O combate a incêndios;
- O socorro às populações em caso de incêndios, desabamentos, inundações, abaloamentos e em todos os acidentes, catástrofes ou calamidades;
- O socorro e transporte de sinistrados e doentes.
- A colaboração em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas;
- A participação noutras ações, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos.

Cláusula 10.^a

Prontidão e ocupações dos PPI's

- Para o cabal cumprimento das missões que lhe estão cometidas deverão os elementos do PPI permanecer na unidade durante o horário estipulado, devidamente equipados e uniformizados, em regime de prontidão imediata.
- Considerando-se essencial a ocupação dos elementos do PPI fora dos períodos de intervenção, devem estes para o efeito e sem comprometimento da prontidão de intervenção:
 - Desenvolver tarefas úteis para a Associação e Corpo de Bombeiros, tais como limpeza e manutenção de equipamento, viaturas e instalações, desde que devidamente autorizadas pelo Comandante e sem prejuízo da prontidão do socorro;
 - Integrar ações visando a sua formação e adestramento, incluindo preparação física;
 - Reconhecimento dos locais de risco e de zonas críticas, mantendo contato rádio permanente com a central.

Cláusula 11.^a

Deveres da Associação

- A Associação obriga-se a entregar à CMO:
 - Relatório trimestral com a relação dos bombeiros que fazem parte do PPI, com a respetiva identificação, posto, função a desempenhar, horário de trabalho, salário atribuído, data do início das funções e outras indicações julgadas pertinentes, bem como o comprovativo do valor



total pago aos PPI's naquele período assinado pelo Presidente da Direção;

b) Relatório trimestral da totalidade dos serviços de proteção e socorro prestados pelos PPI, redigido em impresso próprio assinado pelo Comandante.

2. O envio dos relatórios mencionados no número anterior deve ser realizado até aos dias 15 janeiro, 15 de abril, 15 de julho, 15 outubro, respetivamente em função do trimestre a que se reportam.

3. O não cumprimento do disposto nos números anteriores suspende automaticamente o pagamento dos valores previstos neste protocolo.

Cláusula 12.^a

Entrada em vigor e renovação

1. Os efeitos do presente protocolo iniciam-se com a sua assinatura, sem prejuízo dos pagamentos dos subsídios relativos ao mês de janeiro de 2018, sendo renovado automaticamente por períodos de um ano desde que não seja denunciado por qualquer das partes e enquanto não for publicada legislação que venha a enquadrar financeira e estruturalmente os PPI's.

2. Com a assinatura do presente Protocolo deixam de vigorar todos os Protocolos anteriormente celebrados entre os outorgantes que versem sobre o mesmo objeto aqui contido.

Cláusula 13.^a

Fiscalização

A CMO poderá fiscalizar, com aviso prévio, o cumprimento das cláusulas constantes do presente protocolo, comprometendo-se a Associação na componente administrativa e o Comandante na componente operacional a prestar a colaboração necessária para o efeito.

Cláusula 14.^a

Denúncia

O incumprimento das cláusulas expressas no presente protocolo legitimará qualquer das partes a proceder à sua denúncia, com a antecedência prévia de 30 (trinta) dias, através de comunicação escrita, por carta registada com aviso de receção, sem prejuízo do disposto no n.º 3 da cláusula 10.^a.

Cláusula 15.^a

Casos omissos

Todos os casos omissos no presente protocolo serão resolvidos de comum acordo entre as partes.

Odivelas, XX de XX de 2018

O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,

Hugo Manuel dos Santos Martins

O Presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários de Odivelas,

Eugénio Marques

O Comandante dos Bombeiros Voluntários de Odivelas,

Fernando Santos

”

“PROTOCOLO DOS PIQUETES DE PRIMEIRA INTERVENÇÃO (PPIS)

Entre a Câmara Municipal de Odivelas e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pontinha

Entre a Câmara Municipal de Odivelas, doravante designada CMO, representada pelo seu Presidente, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Pontinha, doravante designada Associação, representada pelo respetivo Presidente da Direção e pelo Comandante do Corpo de Bombeiros, doravante designado Comandante, é elaborado de boa-fé através do presente instrumento um protocolo para manutenção de Piquetes de Primeira Intervenção, doravante designados PPI's, no Corpo de Bombeiros da Pontinha, nos termos da competência prevista na alínea u) do n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.^a

Âmbito

1. No âmbito do presente protocolo a CMO obriga-se a disponibilizar durante o ano de 2018 a verba de € 137.945,08 (cento e trinta e sete mil novecentos e quarenta e cinco euros e oito centimos), com o objetivo de ser mantido no Corpo de Bombeiros da Pontinha um Piquete de Primeira Intervenção (PPI) com 13 bombeiros.

2. O cálculo e transferência da verba processam-se de acordo com o previsto nas cláusulas seguintes.

3. Em caso de necessidade, poderá a CMO proceder ao aumento do número de PPI's, situação que será objeto de análise e eventual aprovação pelos órgãos competentes e que terá em conta a proporcionalidade exigida em função do número de população/e número de ocorrências.



Cláusula 2.^a
Forma de cálculo

1. A verba referida na cláusula anterior é calculada com base no montante de € 757,94 (setecentos e cinquenta e sete euros e noventa e quatro cêntimos) por elemento.

2. A verba estipulada no número anterior constitui o salário mensal médio de cada elemento que integra o PPI, devendo a Direção da Associação assegurar trimestralmente a entrega de um comprovativo do valor total pago aos PPI's naquele período.

3. Os outorgantes acordam que a referida verba será atualizada em anos futuros, tendo em consideração os aumentos que venham a ocorrer na função pública.

Cláusula 3.^a
Transferência mensal e subsídios

Na prossecução do objetivo referido na cláusula 1.^a, a CMO transferirá mensalmente a verba de € 9.853,22 (nove mil oitocentos e cinquenta e três euros e vinte e dois cêntimos) correspondente ao montante do pagamento mensal dos elementos do PPI da Associação, montante que será reforçado nos meses de junho e novembro com uma verba igual, correspondente aos subsídios de férias e de Natal.

Cláusula 4.^a
Tutela administrativa dos PPI's

1. Cabendo a tutela administrativa dos PPI's à Associação, compete a esta, no âmbito do presente protocolo, não obstante a legislação em vigor, a contratação entre os membros do seu Corpo de Bombeiros, dos elementos necessários à criação ou manutenção do PPI, após seleção promovida pelo Comandante, obrigando-se a remunerá-los com as verbas a transferir para o efeito pela CMO.

2. Não poderão ser integrados no PPI bombeiros já possuidores de vínculo laboral com a Associação, a menos que se comprove a sua efetiva substituição.

Cláusula 5.^a
Tutela operacional dos PPI's

1. Cabendo a tutela operacional do PPI ao Comandante, de acordo com as competências que lhe são cometidas, deve aquele, no âmbito do presente protocolo, estabelecer os critérios de seleção do pessoal a ingressar o PPI e indicar os seus nomes, após selecionados, à Direção da Associação para que esta proceda à sua contratação.

2. Os bombeiros que vão ingressar os PPI's devem satisfazer os seguintes requisitos:

a) Ter mais de 19 e menos de 50 anos de idade, salvo quando ingressem em lugares de coordenação ou chefia;

b) Ter a escolaridade obrigatória como habilitação mínima, em função da data de nascimento;

c) Possuir capacidade e robustez física necessárias, a comprovar anualmente, através da prestação de provas de aptidão física para o exercício da função de bombeiro;

d) Possuir como formação específica obrigatória mínima o Curso de Técnicas de Socorrismo;

e) Possuir como formação básica obrigatória o Curso de Bombeiro de 3.^a há pelo menos um ano;

f) O motorista do PPI deve ter a carta de condução de veículos pesados e a formação complementar adequada ao exercício destas funções, podendo aos mesmos ser dispensada a obrigatoriedade de serem bombeiros de 3.^a.

3. O chefe da equipa do PPI deve ter, no mínimo, o posto de bombeiro de 1.^a e a formação complementar adequada ao exercício destas funções;

4. A gestão em matéria de formação profissional compete ao Comandante, devendo todos os elementos do PPI obter formação complementar especializada em função das necessidades e riscos específicos da zona de intervenção do Corpo de Bombeiros.

Cláusula 6.^a
Férias, folgas e horário de trabalho

A gestão funcional do pessoal do PPI no que diz respeito a matéria de férias, folgas e horário de trabalho é realizada tendo obrigatoriamente em consideração a proposta do Comandante, a fim de garantir a satisfação das necessidades da gestão operacional do Corpo de Bombeiros.

Cláusula 7.^a
Enquadramento laboral dos PPI's

A Associação obriga-se a aplicar aos bombeiros integrantes do PPI:

a) Um horário de trabalho elaborado sob proposta do Comandante, não superior à média de 40 horas semanais;

b) As regalias sociais consignadas no Regime Geral de Segurança Social, fazendo entrega das contribuições que forem devidas, dentro dos prazos respetivos, no Centro Regional de Segurança Social;

c) O pagamento de subsídio de alimentação e a elaboração de seguro de trabalho nos termos da legislação em vigor.



Cláusula 8.^a
Áreas de atuação

1. A área de atuação prioritária do PPI é a área de intervenção definida para o seu Corpo de Bombeiros.
2. Cada PPI constituirá, em situação de emergência, reforço aos outros PPI's dos Corpos de Bombeiros do concelho.
3. Se o PPI intervier fora do distrito de Lisboa, deverá ser dado conhecimento ao Serviço Municipal de Proteção Civil de Odivelas, pelo Corpo de Bombeiros

Cláusula 9.^a
Deveres dos PPI's

Além das obrigações legalmente estipuladas e das constantes nos Estatutos e Regulamentos, constituem deveres do PPI:

- a) O combate a incêndios;
- b) O socorro às populações em caso de incêndios, desabamentos, inundações, abalroamentos e em todos os acidentes, catástrofes ou calamidades;
- c) O socorro e transporte de sinistrados e doentes.
- d) A colaboração em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas;
- e) A participação noutras ações, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos.

Cláusula 10.^a
Prontidão e ocupações dos PPI's

1. Para o cabal cumprimento das missões que lhe estão cometidas deverão os elementos do PPI permanecer na unidade durante o horário estipulado, devidamente equipados e uniformizados, em regime de prontidão imediata.
2. Considerando-se essencial a ocupação dos elementos do PPI fora dos períodos de intervenção, devem estes para o efeito e sem comprometimento da prontidão de intervenção:
 - a) Desenvolver tarefas úteis para a Associação e Corpo de Bombeiros, tais como limpeza e manutenção de equipamento, viaturas e instalações, desde que devidamente autorizadas pelo Comandante e sem prejuízo da prontidão do socorro;
 - b) Integrar ações visando a sua formação e adestramento, incluindo preparação física;

- c) Reconhecimento dos locais de risco e de zonas críticas, mantendo contato rádio permanente com a central.

Cláusula 11.^a
Deveres da Associação

1. A Associação obriga-se a entregar à CMO:
 - a) Relatório trimestral com a relação dos bombeiros que fazem parte do PPI, com a respetiva identificação, posto, função a desempenhar, horário de trabalho, salário atribuído, data do início das funções e outras indicações julgadas pertinentes, bem como o comprovativo do valor total pago aos PPI's naquele período assinado pelo Presidente da Direção;
 - b) Relatório trimestral da totalidade dos serviços de proteção e socorro prestados pelos PPI, redigido em impresso próprio assinado pelo Comandante.
2. O envio dos relatórios mencionados no número anterior deve ser realizado até aos dias 15 janeiro, 15 de abril, 15 de julho, 15 outubro, respetivamente em função do trimestre a que se reportam.
3. O não cumprimento do disposto nos números anteriores suspende automaticamente o pagamento dos valores previstos neste protocolo.

Cláusula 12.^a
Entrada em vigor e renovação

1. Os efeitos do presente protocolo iniciam-se com a sua assinatura, sem prejuízo dos pagamentos dos subsídios relativos ao mês de janeiro de 2018, sendo renovado automaticamente por períodos de um ano desde que não seja denunciado por qualquer das partes e enquanto não for publicada legislação que venha a enquadrar financeira e estruturalmente os PPI's.
2. Com a assinatura do presente Protocolo deixam de vigorar todos os Protocolos anteriormente celebrados entre os outorgantes que versem sobre o mesmo objeto aqui contido.

Cláusula 13.^a
Fiscalização

A CMO poderá fiscalizar, com aviso prévio, o cumprimento das cláusulas constantes do presente protocolo, comprometendo-se a Associação na componente administrativa e o Comandante na componente operacional a prestar a colaboração necessária para o efeito.



Cláusula 14.^a
Denúncia

O incumprimento das cláusulas expressas no presente protocolo legitimará qualquer das partes a proceder à sua denúncia, com a antecedência prévia de 30 (trinta) dias, através de comunicação escrita, por carta registada com aviso de receção, sem prejuízo do disposto no n.º 3 da cláusula 10.^a.

Cláusula 15.^a
Casos omissos

Todos os casos omissos no presente protocolo serão resolvidos de comum acordo entre as partes.

Odivelas, XX de XX de 2018

O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,

Hugo Manuel dos Santos Martins

A Presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários da Pontinha,

Maria José Guedes

O Comandante dos Bombeiros Voluntários da Pontinha,

Paulo Rocha

„

(Aprovado por unanimidade)

MOSTEIRO DE ODIVELAS

**ASSOCIAÇÃO “CARTA EUROPEIA DAS ABADIAS
E SÍTIOS CISTERCIENSES”**

Adesão do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo à Associação “Carta Europeia das Abadias e Sítios Cistercienses”, uma rede europeia de abadias e sítios, que reúne atualmente 200 abadias e sítios cistercienses distribuídos por onze países europeus, cuja missão principal é a preservação e a valorização dos património cisterciense, baseando-se nos seus estatutos e na sua carta de valores, a qual assenta os seus princípios base em sete valores essenciais: a preservação, a valorização patrimonial, o espírito de pertença, a educação, a investigação, o intercâmbio de conhecimento e experiências e a divulgação, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/1755, de 2018.03.06.

(Aprovado por unanimidade)

FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS POR OCUPAÇÃO
E SEU DESTINO FINAL**

Aquisição de veículos (abaixo mencionados), por ocupação, e destino final dos mesmos através da alienação para desmantelamento qualificado por empresa certificada, nos termos do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/5570, de 2018.03.08.

PROCESSO	MARCA/MODELO	MATRÍCULA
128/VIAT/RA/CA/17	Renault Laguna	77-83-TL
264/VIAT/OD/17	Renault Clio	04-84-HB
135/VIAT/PO/FA/17	Fiat Uno	XB-81-32
258/VIAT/OD/17	Peugeot 205	62-60-AU
131/VIAT/PO/FA/17	Opel Astra	XS-97-26
123/VIAT/RA/CA/17	Ford Transit	92-54-LH
178/VIAT/OD/17	Renault Kangoo	21-71-LT
233/VIAT/OD/17	Mercedes 190	SG-47-92
220/VIAT/OD/17	Renault Clio	85-42-JC
219/VIAT/OD/17	Renault Megane	12-18-JZ
120/VIAT/PO/FA/17	Nissan Micra	95-BG-49
119/VIAT/PO/FA/17	Volkswagen Polo	37-56-AV
121/VIAT/RA/CA/17	Renault Clio	97-99-DZ
116/VIAT/RA/CA/17	Mitsubishi	06-46-OJ
228/VIAT/OD/17	Fiat Punto	16-43-FD
232/VIAT/OD/17	Ford Focus	04-58-OQ
254/VIAT/OD/17	Fiat Punto	61-60-NU
122/VIAT/RA/CA/17	Renault Megane	58-05-JV
224/VIAT/OD/17	Citroen Xsara	87-36-MB
113/VIAT/RA/CA/17	Peugeot 306	50-88-GS
267/VIAT/OD/17	Peugeot 206	32-68-NJ
265/VIAT/OD/17	Volkswagen Polo	51-43-JP
129/VIAT/RA/CA/17	Fiat Brava	39-15-NO
124/VIAT/PO/FA/17	Fiat Palio	84-30-LS
255/VIAT/OD/17	Seat Malaga	QJ-96-82
121/VIAT/PO/FA/17	Mercedes	88-95-NE
125/VIAT/RA/CA/17	Opel Astra	07-28-AO



67/VIAT/PV/OL/17	Volkswagen Polo	70-03-OV
71/VIAT/PV/OL/17	Toyota Corolla	QT-66-14
111/VIAT/PO/FA/17	Fiat Punto	71-57-FI
235/VIAT/OD/17	Citroen C3	85-AB-14
114/VIAT/OD/17	Opel	33-59-BP
125/VIAT/PO/FA/17	Volvo 850	99-55-CZ
179/VIAT/OD/17	Fiat Punto	35-13-FC
197/VIAT/OD/17	Mitsubishi Canter	II-09-33
249/VIAT/OD/17	Renault 5	OH-91-80
237/VIAT/OD/17	Ford Escort	46-91-AD
115/VIAT/RA/CA/17	Hyundai	52-GV-02
261/VIAT/OD/17	Volkswagen Polo	28-69-HE
111/VIAT/RA/CA/17	Citroen Berlingo	37-62-VR
29/VIAT/PO/FA/18	Ford Fiesta	77-23-GC
102/VIAT/PO/FA/17	Nissan	XH-23-44
31/VIAT/OD/18	Rover 213	RB-58-27
26/VIAT/OD/18	Opel Astra	09-86-EU
31/VIAT/PO/FA/18	Fiat Punto	88-52-FB
122/VIAT/PO/FA/17	Chevrolet Matiz	43-42-ZZ
28/VIAT/PO/FA/18	Fiat Punto	35-24-LM
33/VIAT/OD/18	Volkswagen Polo	71-68-LC

(Aprovado por unanimidade)

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL DE ODIVELAS MEDIDA VI

Atribuição de comparticipação financeira a Rui Miguel Cerqueira Martins, no valor de €735,00 (setecentos e trinta e cinco euros), para participação no “Run Max 48+”, ao abrigo do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO) Medida VI - Apoio Extraordinário, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/2735, de 2018.03.12.

“Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO)

Contrato Programa

Medida VI – Apoio Extraordinário

Rui Miguel Cerqueira Martins

Considerando que:

a) A promoção e o apoio ao desporto, consubstanciado na criação de condições de prática desportiva deverá ser uma das preocupações das Autarquias Locais, na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas;

b) O Município de Odivelas, através da sua Câmara Municipal, numa lógica de desenvolvimento do desporto concelhio, nas suas mais variadas vertentes (formação, competição, manutenção, recreação e lazer), tem procurado criar condições, de forma a garantir a eficácia dos apoios municipais, nomeadamente os financeiros, de uma forma transparente e imparcial;

c) O Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO), prevê no seu artigo 14.º (Apoio Extraordinário), nomeadamente no n.º 6, a atribuição de apoio extraordinário financeiro a pessoas singulares, residentes no concelho de Odivelas, quando enquadradas em atividades de elevado interesse municipal, mediante proposta devidamente fundamentada e aprovada em reunião da CMO, e com a celebração de um Contrato Programa, para apoio na preparação e participação em eventos de natureza internacional, perspetivando-se que alcancem os resultados pessoais desejados, mas também que seja elavado o nome de Odivelas no mapa internacional.

Celebra-se de boa-fé o presente Contrato Programa

Entre,

Município de Odivelas, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na Quinta da Memória, em Odivelas, pessoa coletiva n.º 504 293 125, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, adiante designado por Primeiro Outorgante,

E

Rui Miguel Cerqueira Martins, com morada na Rua Sítio da Várzea, n.º 7 – Ramada, em Odivelas, com o número de identificação fiscal n.º 231 535 015, adiante designado por Segundo Outorgante.

que se rege pelas cláusulas seguintes:



Cláusula Primeira
(Objeto)

O presente Contrato-Programa destina-se a atribuir uma comparticipação financeira por parte da Câmara Municipal de Odivelas ao atleta Rui Miguel Cerqueira Martins, com enquadramento no PAMO – Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO) – Medida VI – Apoio Extraordinário.

Cláusula Segunda
(Comparticipação Financeira)

Para o cumprimento do Contrato-Programa, o Primeiro Outorgante compromete-se a conceder ao Segundo Outorgante, uma comparticipação financeira no valor global de 735,00 € (setecentos e trinta e cinco euros), como medida de apoio extraordinária, nos termos do n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento do Programa de Apoio Municipal de Odivelas.

Cláusula Terceira
(Obrigações do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante contribui nas despesas de representação do atleta Rui Miguel Cerqueira Martins, objeto do presente Contrato Programa, no montante de de 735,00 € (setecentos e trinta e cinco euros), a afetar ao projeto 2018/A/276 – 2605 – 04080202 (Programa de Apoio Municipal de Odivelas – Medida VI – Apoio Extraordinário).

Cláusula Quarta
(Obrigações do Segundo Outorgante)
O Segundo Outorgante obriga-se a:

a) Participar nas competições “10 Km Lousada 2018” (25 de março de 2018) e “Run Max 48+” (11 a 14 de maio de 2018);

b) À apresentação de cópia das faturas e/ou recibos das despesas efetuadas e previstas no orçamento apresentado, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de realização das competições;

c) Apresentar declaração que comprove que tem ter regularizada a situação contributiva perante o fisco e a segurança social.

Cláusula Quinta
(Vigência)

O presente contrato vigora apenas para as provas descritas na alínea a) da cláusula quarta.

Odivelas, xxx de março de 2018

O Primeiro Outorgante

Hugo Manuel dos Santos
Martins

O Segundo Outorgante

Rui Miguel Cerqueira
Martins”

(Aprovado por unanimidade)

**PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL DE ODIVELAS
MEDIDA II**

Prorrogação do período de utilização do apoio financeiro à Cruz Vermelha Portuguesa, no montante total de €1.500,00 (mil e quinhentos euros), relativo à Medida II do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO 2017), para aquisição de ar condicionado - apoio financeiro anteriormente aprovado na 15.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 2017.07.26 (Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 16/2017, de 8 de agosto), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/2474, de 2018.03.05.

(Aprovado por unanimidade)

DOAÇÃO DE BENS

Doação de bens (equipamentos de comunicações e materiais didáticos em suporte físico e informático), ao Município de São Caetano de Odivelas, no Brasil, no âmbito do Protocolo de Geminação existente entre o Município de Odivelas e esse Município brasileiro, conforme listagem anexa à informação n.º Interno/2018/2857, de 2018.03.14, de acordo com o proposto na referida informação.

(Protocolo de Geminação deliberado na 8.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 19 de abril de 2017 -Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 9/2017, de 2 de maio, pág. 10-, e na 6.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas, de 4 de maio de 2017 -Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 10/2017, de 16 de maio, página 20)

(Aprovado por unanimidade)

CEDÊNCIA DE TRANSPORTE MUNICIPAL

Cedência de transporte municipal à Paróquia de S. Pedro de Caneças, no dia 21 de Abril de 2018, para realização de peregrinação ao Santuário de Fátima, no âmbito do XV Encontro Nacional de Arazos do Evangelho, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/2627, de 2018.03.08.

(Aprovado por unanimidade)



CEDÊNCIA DE TRANSPORTE MUNICIPAL

Cedência de transporte municipal ao Centro Comunitário Paroquial de Famões, ao Centro Comunitário Paroquial da Ramada e ao Centro Social Paroquial da Póvoa de Santo Adrião, no dia 20 de Abril de 2018, para transporte de utentes dos respetivos Centros de Dia ao Santuário de Fátima, no âmbito da celebração do Dia da Terra, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/2459, de 2018.03.02.

(Aprovado por unanimidade)

CEDÊNCIA DE TRANSPORTE MUNICIPAL

Cedência de transporte municipal à Associação de Feirantes do Distrito de Lisboa, no dia 29 de Maio de 2018, com destino ao Santuário de Fátima para a comemoração do Dia Nacional do Feirante, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/1808, de 2018.02.14.

(Aprovado por unanimidade)

PROCESSOS PARTICULARES

EXECUÇÃO COERCIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM FALTA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 06/2003 PROCESSO N.º 30374/1/OC

Nos termos e de acordo com o proposto na informação n.º 09/APV/2018, constante a folhas 900 do processo de 2018.03.02, e nos termos da informação técnica n.º 20/OS/SAOU/2018, de 2018.03.01, relativas ao Alvará de Loteamento, n.º 06/2003, em nome de Camilo Santos Rodrigues, na Rua dos Peões em Caneças, é proposto o seguinte:

a) A execução coerciva das obras de urbanização em falta ou deficientemente executadas e identificadas nas informações das unidades orgânicas do Município referidos na informação técnica acima referida, nos termos do previsto nos artigos 84º, 105º n.º3, 107º e 108º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE);

b) A consequente adoção dos procedimentos necessários ao acionamento da caução existente, que foi prestada nos termos do previsto no artigo 54º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), através da apresentação de garantia bancária n.º 9765 do BNC – Banco Nacional de Crédito, no valor de €39.450 (trinta e nove mil, quatrocentos e cinquenta euros).

(Aprovado por unanimidade)

PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA CAUÇÃO PRESTADA PARA GARANTIR A ADEQUADA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO DO ALVARÁ N.º 09/2005 PROCESSO N.º 8878/LO

Pedido de substituição da caução prestada, por hipoteca voluntária de lotes 10 e 11 por garantias bancárias, cuja soma no valor de €1.463.101,78 (um milhão, quatrocentos e sessenta e três mil cento e um euros e setenta e oito cêntimos) perfaz a quantia necessária para garantir a caução das obras em falta, como forma de garantia da adequada execução das obras de urbanização em nome Compreconcil - Compra de Prédios e Construção Civil, Lda., na Quinta do Barruncho, Póvoa de Santo Adrião, alvará de loteamento n.º 09/2005, de acordo com o proposto na informação n.º 10/APV/2018, de 2018.03.07, e de acordo com a informação técnica n.º 23/OS/SAOU/2018, de 2018.03.06.

(Aprovado por unanimidade)

DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCEDIMENTO DE LICENÇA ADMINISTRATIVA DE ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 5/2001 - PROCESSO N.º 35224/LO/GI UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHAS E FAMÕES

Declaração de caducidade relativa ao pedido de alteração ao projeto de loteamento, licenciamento das obras de urbanização e das condições do aditamento ao alvará de Loteamento n.º 05/2001, deliberado na 20ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 21 de outubro de 2015 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 21 de 2015*, página 15), em nome de Comissão de Administração Conjunta da AUGI I, inserido no Bairro Trigache Norte - União das Freguesias de Pontinha e Famões, nas condições constantes na informação técnica n.º 11/MS/DGOU/DRRU/18 de 2018.03.05 e de acordo com o proposto na informação n.º 35224/LO/GI, constante a folhas 8510 do processo, de 2018.03.08.

(Aprovado por maioria)

DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCEDIMENTO DE LICENÇA ADMINISTRATIVA DE ALTERAÇÃO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 7/1992 - PROCESSO N.º 4690/RC UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS

Declaração de caducidade do procedimento de licença administrativa de alteração do alvará de Loteamento n.º 07/1992, para os Lotes 54 e 95, inseridos no Bairro Moinho do Baeta, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, em nome de Fernando Pereira Fernandes e Rosa das Candeias Pelúcia, deliberada na 8ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 20 de abril de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 8 de 2016*, página 16), nas condições constantes na informação técnica n.º 16/MS/DGOU/DRRU/18, de 2018.02.21 e



de acordo com o proposto na informação n.º 4690/RC de 2018.03.09, constante a folhas 2651 do processo.

(Aprovado por unanimidade)

**RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO DO
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2007/DRU
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
PROCESSO N.º 4822/RC**

Receção provisória das obras de urbanização, Bairro da Quinta das Pretas - em nome da Comissão de Administração Conjunta do Bairro da Quinta das Pretas, União das Freguesias de Pontinha e Famões, nas condições expressas na informação técnica n.º 36/RO/DRRU/ DGOU/18 de 2018.03.02, e de acordo com o proposto na informação n.º 4822/RC de 2018.03.09 constante a folhas 3468 do processo, nos seguintes termos:

- A homologação do auto de vistoria;
- A receção provisória das obras de urbanização do Bairro Quinta das Pretas, tituladas pelo alvará de loteamento n.º 1/2007/DRU, emitido em 01/10/2007 ao abrigo do artigo 87º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro na redação atual, nas condições expressas na informação técnica.

(Aprovado por unanimidade)

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2000
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
BAIRRO GRANJAS NOVAS LOTE 46
PROCESSO N.º 14102/LO/GI**

Alteração ao alvará de licença de loteamento n.º 01/2000, para o lote 46, em nome Teresa Sofia de Figueiredo Salgado de Brito, inserido no Bairro das Granjas Novas, na União das Freguesias de Ramada e Caneças. As alterações à licença de loteamento consistem no aumento do índice de utilização e consequentemente da área de construção prevista para o lote 46, nas condições constantes na informação técnica n.º 19/MS/DGOU/DRRU/18, de 2018.02.27 e de acordo com o proposto na informação n.º 14102/LO/GI de 2018.03.07 constante a folhas 4801 do processo.

(Aprovado por unanimidade)

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2000
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
BAIRRO GRANJAS NOVAS - PROCESSO N.º 14102/LO/GI**

Alteração do alvará de Loteamento n.º 01/2000, para os Lotes 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 49, 50, 51, 52, 126, 227, 229, 230, 231 e 233, em nome de Silogia - Indústria e Comércio de Divisórias e Sistemas Metálicos, S.A. e Outro, inseridos no Bairro das Granjas Novas, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, nas condições constantes na informação técnica n.º 20/MS/DGOU/DRRU/18 de 2018.02.28 e de acordo com o proposto na informação n.º 14102/LO/GI de 2018.03.08, constante a folhas 4803 do processo, nas seguintes condições:

- Aplicação dos critérios definidos no art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU) para o dimensionamento das cedências em Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI), podendo ainda a Câmara Municipal prescindir da compensação devida à área de espaços verdes e de utilização coletiva, prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva;
- Aceitação do valor de 95.655,80€, como compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta (625,92m²), prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva.

(Aprovado por maioria)

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/2011
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA FAMÕES
BAIRRO DOS QUATRO LOTE 473
PROCESSO N.º 2731/LO/GI**

Alteração ao alvará de Loteamento n.º 04/2011, inserido no Bairro dos Quatro para o lote 473 na União das Freguesias de Pontinha, em nome de Augusto Miguel Damião Martins. As alterações à licença de loteamento consistem no aumento das áreas de implantação e construção previstas para o lote com o objetivo de permitir a legalização da edificação existente, nas condições constantes na informação técnica n.º 26/MS/DGOU/DRRU/18 de 2018.03.13 e de acordo com o proposto na informação n.º 2731/LO/GI de 2018.03.13 constante a folhas 4414 do processo.

(Aprovado por maioria)



**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
BAIRRO SOL NASCENTE LOTE 174
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 5/2007**

Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 174, da Rua 16 de Abril, no Bairro Sol Nascente, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 11448 de 2018.03.07, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de € 3.083,88 (três mil e oitenta e três euros e oitenta e oito cêntimos), em nome de Paulo Alexandre Nascimento Brito e Outra, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 05/2007/DRU, de 4 de dezembro, de acordo com o proposto na informação n.º 26/2018 de 2018.03.09 e nos termos da informação técnica n.º 01/DIST/AB/DGOU/DRRU/2018, de 2018.03.09.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL, POR DEPÓSITO CAUÇÃO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
BAIRRO DOS QUATRO (TRIGACHE NORTE AUGI II) LOTE 592
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/2011**

Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 592, da Rua Engenheiro Duarte Pacheco, no Bairro dos Quatro (Trigache Norte Augi II), na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 12023 de 2018.03.07, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de € 7.542,21 (sete mil quinhentos e quarenta e dois euros e vinte e um cêntimos), em nome de Ricardo José Ramos Falcão e Outro, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 04/2011, de 13 de setembro, de acordo com o proposto na informação n.º 27/2018, de 2018.03.13, e nos termos da informação técnica n.º 02/DIST/AB/DGOU/DRRU/2018, de 2018.03.13.

(Aprovado por unanimidade)

UNIDADES ORGÂNICAS

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

DESPACHO N.º 17/PRES/2018

Assunto: Composição do Conselho de Coordenação da Avaliação S.I.A.D.A.P. - 2
Avaliação do Desempenho dos Dirigentes Intermédios

Tendo em vista a aplicação do Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Dirigentes da Administração Pública (SIADAP 2), determino, de acordo com o disposto no n.º 7, do artigo 58.º, da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, com as alterações constantes no Artigo 49.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que o CCA seja integrado pelos seguintes elementos:

- a) Presidente da Câmara Municipal;
- b) Vereadores em exercício de funções a tempo inteiro;
- c) Diretor Municipal;
- d) Responsável pela Gestão de Recursos Humanos.

Odivelas, 22 de março de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 18/PRES/2018

Assunto: Calendarização do subsistema de avaliação do desempenho SIADAP 2
(Dirigentes Intermédios) – 2015/2018.

Tendo em vista a aplicação do Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Dirigentes da Administração Pública (SIADAP 2), e de acordo com o art.º 29º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, com as alterações constantes no Artigo 49.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, determino que o processo de avaliação do desempenho referente à avaliação dos dirigentes intermédios, seja cumprido de acordo com a seguinte calendarização:



SIADAP 2		
Fases	Data	Tarefas
Monitorização	Até 13 de abril 2018	Entrega da ficha de auto – avaliação SIADAP 2, pelo avaliado ao avaliador, bem como duplicado do relatório de demonstração das atividades prosseguidas e dos resultados obtidos, já apresentado com o requerimento de renovação de CS ao Sr. Presidente.
Avaliação Final	Até 20 de abril 2018	Avaliação SIADAP 2
Validação de propostas de avaliação	De 23 a 27 de abril de 2018	Reunião do CCA para validar as propostas de avaliação
Homologação das Avaliações	Até 30 de abril 2018	O Presidente da Câmara, no âmbito das suas competências, homologa as avaliações.

Odivelas, 22 de março de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 19/PRES/2018

Assunto: Constituição do Grupo de Trabalho – Acompanhamento da implementação do Plano de Ação para o Ruído

Considerando:

- A conclusão, em setembro de 2015, dos Mapas Estratégicos de Ruído, aprovados na 5.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada a 7 de abril de 2016.
- A conclusão, em junho de 2017, do Plano de Ação (PA) para o Ruído de Odivelas, aprovado na 14.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada a 16 de outubro de 2017.
- A necessidade de dar cumprimento à legislação em vigor em matéria de ruído ambiente, designadamente ao Decreto-Lei n.º 146/2006 de 31 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho.
- A necessidade de dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito do ruído ambiente, designadamente a gestão processual relativa ao assunto e também o acompanhamento da implementação do PA.

Neste contexto, determino a constituição de um Grupo de Trabalho, com os seguintes elementos:

- **Frederico Valles** - Divisão de Planeamento Urbanístico e de Projetos Estruturantes/ Sector de Estudos e Planeamento Urbanístico e Projetos Estratégicos;
- **João Cardoso** - Divisão de Planeamento Urbanístico e de Projetos Estruturantes/ Sector de Estudos e Planeamento Urbanístico e Projetos Estratégicos;
- **Luís Tavares** - Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal/ Sector de Ruído;
- **Marco Moreira** - Divisão de Planeamento Urbanístico e de Projetos Estruturantes/ Sector do Plano Diretor Municipal Projetos Especiais e Energia;
- **Pedro Mesquita** - Divisão de Infraestruturas e Espaços Urbanos/ Sector de Planeamento, Controle e Programação de Mobilidade e Sector de Sinalização e Trânsito;
- **Sara Colucas** - Divisão de Gestão Ambiental/ Sector de Planeamento Intervenção e Monitorização Ambiental.

Compete, ainda, a este grupo de trabalho solicitar a colaboração técnica dos serviços, caso o considere necessário.

Odivelas, 23 de março de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

OUTROS DESPACHOS

DESPACHO N.º 2/DGOU/2018

Assunto: Subdelegação de competências do Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, Arq.º António Henrique Moreira de Sousa, na Chefe da Divisão de Reabilitação e Reversão Urbana, Arq.ª Lizete da Conceição Brito Coelho Cunha

Nos termos do artigo 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo e demais legislação habilitante, e ao abrigo do Despacho de Subdelegação de Competências n.º 2/VPCT/2017, de 31 de outubro, subdelego, na Chefe da Divisão de Reabilitação e Reversão Urbana, **Arq.ª Lizete da Conceição Brito Coelho Cunha**, nos dias 28 a 29 de março de 2018, as competências que me foram subdelegadas e que constam do supra citado Despacho, que serão exercidas no âmbito



do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, durante o meu período de férias.

As competências subdelegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem, bem como poderão ser revogados quaisquer actos praticados pelo subdelegado nos termos legalmente previstos.

Poderá ainda o subdelegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer competência subdelegada relativa a determinado processo ou assunto, devendo, neste caso, o subdelegado abster-se da prática de quaisquer actos ou iniciativas susceptíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências subdelegadas deverá o subdelegado prestar ao subdelegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

Odivelas, 26 de março de 2018

O Diretor do Departamento de Gestão e
Ordenamento Urbanístico

No uso da competência que me foi subdelegada pelo Sr. Vereador Paulo
César Prata Teixeira, através do Despacho n.º 2/VPCT/2017

António de Sousa, Arq.º



DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

GESTÃO E ORDENAMENTO URBANÍSTICO

Listagem dos despachos efetuados pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, em processos de operações urbanísticas, durante o mês de fevereiro de 2018, nos termos da informação n.º Interno/2018/2898, de 2018.03.14:

Processo n.º 421/2015/D/OVP

Nome: Proarba – Energia e Telecomunicações, Lda

Assunto: Receção das obras/Trabalhos efetuadas na via pública, homologação do Auto de vistoria e cancelamento de caução

Local: Av. da Liberdade, Lote 436 – Bº Trigache Norte - Pontinha

Data de despacho: 08.02.2018

Teor do Despacho: Concorde/Homologo o auto de receção das obras e cancele-se a caução

Processo n.º 10/2018/D

Nome: Nós Towering – Gestão de Torres Telecomunicações, S.A

Assunto: Autorização Administrativa nos termos do Dec- Lei n.º 11/2003

Local: Praceta de S. Carlos, n.º 1 – Caneças

Data de despacho: 09.02.2018

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização Administrativa

Listagem dos despachos efetuados pelo Vereador da Câmara Municipal de Odivelas, Paulo César Teixeira, no uso da competência delegada/subdelegada pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do despacho n.º 42/PRES/2017, de 30 de outubro, durante o mês de fevereiro de 2018, nos termos da informação n.º Interno/2018/2897, de 2018.03.14:

Processo n.º 415/2016/OP/GI

Nome: Paulo Alexandre Vieira Vaz

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Cidade de Ovar, lote 404, Bairro São Sebastião, Famões

Data de despacho: 06.02.2018

Teor do Despacho: Concorde. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 278/2017/OP/GI

Nome: Cristina Alexandra de Sousa Oliveira

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua do Sol, lote 596 J, Bairro Casal Novo, Caneças

Data de despacho: 06.02.2018

Teor do Despacho: Concorde. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 306/2017/OP/GI

Nome: António José Bogarim Lage

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua 8 de Junho, n.º 31 – lote 101, Bairro da Mimosa, Odivelas

Data de despacho: 06.02.2018

Teor do Despacho: Concorde. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 269/2017/OP

Nome: Compreconcil-Compra de Prédios e Construção Civil, SA

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Granja da Paradela, lote 22, Póvoa Stº. Adrião

Data de despacho: 06.02.2018

Teor do Despacho: Concorde. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 224/2017/OP/GI

Nome: José Elso Viegas de Sousa Melo

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua das Camélias, lote 37, Bairro Quinta da Barroca, Famões

Data de despacho: 06.02.2018

Teor do Despacho: Concorde. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 290/2017/OP

Nome: Construções J. A. Fernandes, Lda

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Casal da Caiada, Rua A, lote 1, Ramada

Data de despacho: 06.02.2018

Teor do Despacho: Concorde. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 343/2017/OP/GI

Nome: Manuel Óscar de Jesus Fonseca

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Madame Curie, lote 110, Bairro Novo das Queimadas, Famões

Data de despacho: 06.02.2018

Teor do Despacho: Concorde. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 96/2017/OP/GI

Nome: Maria José Nunes Alves Cotrim

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Dr. Gentil Martins, lote 33, Bairro Novo Stº. Eloy, Pontinha

Data de despacho: 06.02.2018

Teor do Despacho: Concorde. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 200/2016/OP

Nome: BÉTOURBE, LDA

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Quinta do Barruncho, lote 20, Granja Paradela, Póvoa Stº. Adrião

Data de despacho: 06.02.2018

Teor do Despacho: Concorde. Aprovado o projeto de arquitetura



Processo n.º 347/2017/OP

Nome: Sara Duarte, Gestão de Património – Unipessoal, LDA
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua da Paiã, 5, Odivelas
Data de despacho: 06.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 496/2017/OP

Nome: ODIVEL-LAR – Soc. Construções, Lda
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Loteamento da Arroja, lote H3, Famões
Data de despacho: 06.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 16/2018/D/OVP

Nome: EDP DISTRIBUIÇÃO – ENERGIA, SA
Assunto: Outras Operações Urbanísticas – Artº. 18º do DL nº 555/99 de 16 de dezembro na sua atual redação
Local: Rua da Liberdade, lote 19, Bairro Casal Novo, UF da Ramada / Caneças
Data de despacho: 09.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Notifique-se

Processo n.º 80/2014/D/OVP

Nome: PROARBA – Energia e telecomunicações Ldas
Assunto: Pedido de devolução de caução, Artº. 24º e 26º. Do Reg. Municipal de Obras e Trabalhos na Via Pública
Local: Rua José Carlos Ary dos Santos, lote 72, Bairro Flor do Minho, UF Ramada/Caneças
Data de despacho: 09.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferido o pedido de devolução de caução

Processo n.º 29/2018/D/OVP

Nome: LISBOAGÁS GDL, SA
Assunto: Outras Operações Urbanísticas – Artº. 18º. Do DL nº 555/99 de 16 de dezembro na sua atual redação
Local: Arruamentos vários – Zona B, Pontinha
Data de despacho: 09.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Defiro o pedido de licença

Processo n.º 502/2017/OP/GI

Nome: Bruno de Sousa Silva
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua de São Pedro, lote 85, Bairro Trigache Sul, Famões
Data de despacho: 12.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 307/2017/OP/GI

Nome: David José Valada Correia
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua dos Carrascais, lote 30, Lugar de Alem, Bairro dos Carrascais, Caneças
Data de despacho: 14.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 369/2017/OP

Nome: Joaquim Luis Roxo, Unipessoal, Lda
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua C, lote H5, Famões
Data de despacho: 14.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 476/2017/OP/GI

Nome: Adriano Francisco
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Sousa Carvalho, lote 155, Bairro Encosta do Mourigo, Famões
Data de despacho: 14.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 467/2017/OP/GI

Nome: Ivo Daniel Antunes Miranda
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua do Alto, lote 224, Bairro Casal do Bispo, Famões
Data de despacho: 14.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 384/2017/OP

Nome: Sítio Verde – Residência Sénior Lda
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Prof. Dr. Francisco Gentil Quinta da Ponte, lote 1, Póvoa de Santo Adrião
Data de despacho: 14.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 75/2017/OP/GI

Nome: Francisco José de Sousa Nunes
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua 1, lote 8, Sítio da Várzea 14.02.2018, Ramada
Data de despacho: 14.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 26/2017/OP/GI

Nome: Cabeça de Casal de António Jesus Martins
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua da Pedreira, lote 598, Casal Novo, Caneças
Data de despacho: 14.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 261/2017/OP

Nome: Administração do Condomínio
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Aura Abranches, 4, Ramada
Data de despacho: 14.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 58/2018/D/OVP

Nome: LisboaGás GDL
Assunto: Outras Operações Urbanísticas – Artº. 18º. Do DL nº 555/99 de 16 de dezembro na sua atual redação
Local: Rua Combatentes de Ultramar, nº 3, Odivelas
Data de despacho: 14.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Defiro o pedido de licença



Processo n.º 5996/OP

Nome: PONTIPRÉDIO – Construção Civil, Lda

Assunto: Licença Administrativa – n.º 2 do art.º 4 do Dec-Lei n.º 555/99 na sua nova redação

Local: Estrada da Paiã, atual lote 12, UF Pontinha e Famões

Data de despacho: 14.02.2018

Teor do Despacho: Concorde. Aprovo as Alterações ao projeto de Arquitetura

Processo n.º 137/2016/OP/GI

Nome: Maria Ester Pereira Pinto Raposo

Assunto: Proposta de revogação do ato de indeferimento, relativo ao pedido de licenciamento de edificação

Local: Av. São Sebastião, n.º 32 (lote 116), Bairro do Casal do Rato, UF Pontinha/Famões

Data de despacho: 14.02.2018

Teor do Despacho: Revogo o ato de indeferimento. Notifique-se

Processo n.º 5998/OP

Nome: PONTIPRÉDIO-Construção Civil, Lda

Assunto: Licença Administrativa – n.º 2 do art.º 4 do Dec-Lei n.º 555/99 na sua nova redação

Local: Estrada da Paiã, atual lote 13, UF Pontinha/Famões

Data de despacho: 14.02.2018

Teor do Despacho: Concorde. Aprovo as Alterações ao projeto de Arquitetura

Processo n.º 407/2017/OP/GI

Nome: José Faia Fernandes

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Largo Marques do Pombal, lote 451, Bairro Casal Novo

Data de despacho: 14.02.2018

Teor do Despacho: Concorde. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 235/2017/OP/GI

Nome: Residência Sênior Lda – Praça de Alvalade

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Manuel da Fonseca, lote 226, Bairro Granjas Novas

Data de despacho: 14.02.2018

Teor do Despacho: Concorde. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 86/2016/OP/GI

Nome: Afonso da Silva Carreira

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Dr. Gentil Martins, lote 29, Bairro Novo St.º. Eloy, Pontinha

Data de despacho: 16.02.2018

Teor do Despacho: Concorde. Declaro a caducidade da licença administrativa

Processo n.º 113/2016/OP/GI

Nome: Henrique Alves Fernandes

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Quintinha da Arroja, lote 8, Odivelas

Data de despacho: 16.02.2018

Teor do Despacho: Concorde. Declaro a caducidade da licença administrativa

Processo n.º 252/2017/OP

Nome: Colinas do Cruzeiro Empreendimentos Imobiliários, SA

Assunto: Obra sem licença

Local: Colina dos Cedros, Rua Antero de Quental, UF

Pontinha/Famões

Data de despacho: 19.02.2018

Teor do Despacho: Concorde. Notifique-se

Processo n.º 13788/LO/GI

Nome: Comissão de Administração Conjunta da Augi do Bairro Casalinho do Outeiro

Assunto: Prorrogação de Prazo das Obras de Urbanização

Local: Bairro Casalinho do Outeiro, UF Ramada/Caneças

Data de despacho: 19.02.2018

Teor do Despacho: Concorde. Deferida a prorrogação prazo das obras de urbanização

Processo n.º 1758/LO

Nome: Maria Rita Santos Pedroso Paisana de Mira Coroa

Assunto: Prorrogação de prazo de suspensão do processo de licenciamento

Local: Quinta da Asneira, Caneças

Data de despacho: 19.02.2018

Teor do Despacho: Concorde. Deferida a pretensão

Processo n.º @-8/2018

Nome: Eduardo Alves Lourenço

Assunto: Emissão de Alvará

Local: Rua do Pomarinho, 12, Odivelas

Data de despacho: 22.02.2018

Teor do Despacho: Concorde. Rejeite-se liminarmente

Processo n.º @-10/2018

Nome: Joaquim Augusto da Cruz Amado

Assunto: Emissão de Alvará

Local: Rua do Pomarinho, 14, Odivelas

Data de despacho: 22.02.2018

Teor do Despacho: Concorde. Rejeite-se liminarmente

Processo n.º 403/2017/OP/GI

Nome: Guilherme de Jesus Alberto

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Cidade de Estremoz, lote 158, Bairro Casal S. Sebastião, Famões

Data de despacho: 22.02.2018

Teor do Despacho: Concorde. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 497/2017/OP

Nome: Odivel-Lar – Soc. Construções Lda

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Arroja, lote H2, Famões

Data de despacho: 22.02.2018

Teor do Despacho: Concorde. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 450/2016/OP/GI

Nome: Carlos Eduardo Rodrigues Sarmiento

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Raul Brandão/Rua Cesário Verde, lote 235, Bairro Novo do Trigache, Famões

Data de despacho: 22.02.2018

Teor do Despacho: Concorde. Deferida a licença administrativa



Processo n.º 504/2016/OP/GI
Nome: Pedro Nuno Marques Falcão
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Dr. Gentil Martins, lote 43, Bairro Novo St.º. Eloy, Pontinha
Data de despacho: 22.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 286/2017/OP/GI
Nome: Pedro Miguel Ramos Páscoa e Outra
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Santo Antão, lote 378, Casal Novo, Caneças
Data de despacho: 22.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a licença administrativa

Processo n.º 432/2015/OP/GI
Nome: Patrícia Nunes Rosa
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Cidade Alcácer do Sal, n.º 311, Vale Grande, Pontinha
Data de despacho: 22.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Determino a realização da vistoria conjunta

Processo n.º @-400/2015
Nome: Abel de Jesus Lopes
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Elina Guimarães, n.º 25 A, Bairro da Milharada
Data de despacho: 22.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Indeferida a autorização de utilização

Processo n.º 435/2017/OP/GI
Nome: João Carlos Lança Santos Gil
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Camacho Costa, lote 685, Bairro São Sebastião Norte, Famões
Data de despacho: 22.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 428/2017/OP/GI
Nome: Valdemar Fernando Pinto dos Santos
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua do Bispo, lote 305, Bairro Casal do Bispo, Famões
Data de despacho: 22.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 9786/ANTIGO
Nome: MUHAMMAD ALI HAMID
Assunto: Pedido de devolução de taxa
Local: Rua Dr. Fernando Cunha, n.º 2, Odivelas
Data de despacho: 23.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Indefere-se o pedido de devolução da taxa

Processo n.º 12936/CP/OP
Nome: Tomarobra –Edificações Urbanas, Lda
Assunto: Declaração de extinção de procedimento por Caducidade, nos termos do artigo 71.º Do RJUE
Local: Horta Grande e Cochos – Urb. Moinhos do Cruzeiro, lote 5 UF Pontinha/Famões
Data de despacho: 23.02.2018

Teor do Despacho: Concordo. Declaro a caducidade da Admissão da Comunicação Prévia

Processo n.º 14545/CP/OP/GI
Nome: Nuno Cláudio Mesquita Rego
Assunto: Comunicação Prévia
Local: Rua D. António Ferreira Lopes, lote 83, Bairro Granjas Novas, Odivelas
Data de despacho: 23.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Extinga-se o procedimento de comunicação prévia
Processo n.º 13193/CP/OP/GI
Nome: Carvalho e Amílcar – Soc. Construções Lda
Assunto: Licença Especial para obras inacabadas – art.º 88 do Dec-Lei n.º 555/99 de 16/12, na sua atual redação
Local: Rua do Girassol, lote 238, Bairro Girassol, UF Ramada e Caneças
Data de despacho: 23.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a Licença Especial

Processo n.º 422/2017/OP/GI
Nome: Rosa Costa Santos
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Fernando Pessoa, lote 219, Bairro Casal Novo, Caneças
Data de despacho: 26.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 424/2017/OP/GI
Nome: Narciso Tomé Martins
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua de S. Martinho, lote 156, Bairro Vale Grande, Pontinha
Data de despacho: 26.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 363/2017/OP/GI
Nome: Rui Jorge Pires Gonçalves de Freitas
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Santa Catarina, lote 11, Bairro do Girassol, Ramada
Data de despacho: 26.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 252/2015/OP/GI
Nome: Margarida Nunes Rosa
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Cidade Alcácer do Sal, lote 312, Vale Grande, Pontinha
Data de despacho: 26.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Determino a realização da vistoria

Processo n.º 375/2017/IP
Nome: Marco Paulo de Albuquerque Monteiro
Assunto: Informação Prévia
Local: Rua da Horta da Eira, lote 4, Bairro Sol Nascente
Data de despacho: 26.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Emita-se parecer favorável ao pedido



Processo n.º 300/2017/OP
Nome: OTIDRA – Administração de Bens e Serviços, Lda
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua do Souto, nº 13, Odivelas
Data de despacho: 26.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 443/2017/OP/GI
Nome: Joaquim José Silva Lopes
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua 18 de Maio, lote 28, Bairro Sol Nascente, Famões
Data de despacho: 26.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Aprovado o projeto de arquitetura

Listagem dos despachos emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, referente a Autorizações de Utilização, Comunicações Prévias e Rejeições Liminares, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 2/VPCT/2017, de 31 de outubro, durante o mês de fevereiro de 2018, nos termos da informação n.º Interno/2018/2895, de 2018.03.14:

Processo n.º 238/2017/OP/GI
Nome: António Francisco Cobaixo Soeiro
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Nova, nº 8 (lote 31), Bairro da Carochia, Ramada
Data de despacho: 01.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 295/2015/OP
Nome: BETOURBE LDA
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Quinta do Barruncho, Granja da Paradela, Póvoa St.º. Adrião
Data de despacho: 01.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 12/2016/OP/GI
Nome: Lucília de Jesus Marques Coelho
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua 24 de Junho, nº 11, Bairro Casal do Rato, lote 131, Pontinha
Data de despacho: 02.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Notifique-se

Processo n.º @ 115/2017
Nome: Vitor Manuel Pereira Dias
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Alexandre Herculano, nº 16 – 1º, Odivelas
Data de despacho: 07.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 499/2015/OP/GI
Nome: Maria Rosa Serrão Ferreira
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua dos Lírios, nº 13, Bairro CASAL DO Rato, lote 263

Data de despacho: 07.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Notifique-se

Processo n.º 462/2015/OP/GI
Nome: Helena Maria Cruz Brito
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Dr. Francisco Sé Carneiro, lote 31, Ramada
Data de despacho: 07.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Notifique-se

Processo n.º 332/2016/OP/GI
Nome: João Rosa Alves
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua da Salvação, lote 3, Bairro Sete Quintas, Caneças
Data de despacho: 12.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Notifique-se

Processo n.º 394/2017/OP/GI
Nome: Eduardo Monteiro
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Cidade de Lamego, lote 517, Bairro Vale Grande, Pontinha
Data de despacho: 12.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Notifique-se

Processo n.º 398/2017/OP/GI
Nome: José Fiuza da Cunha
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua D. Dinis, lote A 277, Bairro Pedrenais, Ramada
Data de despacho: 12.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Notifique-se

Processo n.º 411/2017/OP/GI
Nome: Arlindo Pereira Rodrigues
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Cidade Figueira da Foz, lote 504, Bairro Vale Grande, Pontinha
Data de despacho: 12.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Notifique-se

Processo n.º 494/2016/OP/GI
Nome: Miguel Ângelo Amorim Caldeira
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Teófilo Braga, lote 484, Bairro Saramagal Grande, Famões
Data de despacho: 12.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Notifique-se

Processo n.º 115/2015/OP/GI
Nome: Ana Cristina da Silva Martins Fernandes
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua da Carochia, lote 27, Bairro Casal dos Apréstimos, Ramada
Data de despacho: 12.02.2018
Teor do Despacho: Concordo. Notifique-se



Processo n.º 236/2017/OP/GI

Nome: Aníbal Ferreira Pinto

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Flor do Minho, n.º 38, lote 4, Bairro Flor do Minho, Caneças

Data de despacho: 14.02.2018

Teor do Despacho: Concordo. Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 391/2017/OP/GI

Nome: Eurico Meireles Borges

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Cidade Figueira da Foz, lote 579, Bairro Vale Grande, Pontinha

Data de despacho: 14.02.2018

Teor do Despacho: Concordo. Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 115/2015/OP/GI

Nome: Ana Cristina da Silva Martins Fernandes

Assunto: Acompanhamento de Obra / Fiscalização

Local: Rua da Carochia, lote 27, Bairro Casal dos Apréstimos, Ramada

Data de despacho: 20.02.2018

Teor do Despacho: Concordo. Notifique-se

Processo n.º @ 8/2018

Nome: Eduardo Alves Lourenço

Assunto: Emissão de Alvará

Local: Rua do Pomarinho, 12, Odivelas

Data de despacho: 20.02.2018

Teor do Despacho: Concordo. Rejeite-se liminarmente

Processo n.º @ 10/2018

Nome: Joaquim Augusto da Cruz Amado

Assunto: Emissão de Alvará

Local: Rua do Pomarinho, 14, Odivelas

Data de despacho: 20.02.2018

Teor do Despacho: Concordo. Rejeite-se liminarmente

Processo n.º 7058/OI

Nome: Aníbal de Almeida Ribeiro

Assunto: Licença Administrativa – n.º 2 do art.º 4 do Dec-Lei n.º 555/99 na sua atual redação

Local: Avenida de São Pedro, lote A 3 – 1.º, Pontinha

Data de despacho: 20.02.2018

Teor do Despacho: Concordo. Notifique-se

Processo n.º 115/2015/OP/GI

Nome: Ana Cristina da Silva Martins Fernandes

Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos

Local: Rua da Carochia, lote 27, Bairro Casal dos Apréstimos, Ramada

Data de despacho: 20.02.2018

Teor do Despacho: Concordo. Notifique-se

Processo n.º 8878/L

Nome: Compreconcil – Compra de Prédios e Construção Civil, Lda.

Assunto: Dec-Lei 555/99 de 16 de dezembro na sua nova redação. Audiência dos Interessados- art.º 121.º e 122.º do CPA

Local: Quinta do Barruncho – Póvoa Santo Adrião

Data de despacho: 21.02.2018

Teor do Despacho: Concordo. Notifique-se

Processo n.º 254/2015/OP/GI

Nome: Manuel António Ferreira da Costa

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Bairro Sol Nascente, lote 41, Famões

Data de despacho: 26.02.2018

Teor do Despacho: Concordo. Notifique-se

Processo n.º 3/2018/OP/GI

Nome: Angela Conceição Martins Galacho

Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos

Local: Rua 25 de Novembro, lote 13, Bairro Casal da Silveira, Famões

Data de despacho: 26.02.2018

Teor do Despacho: Concordo. Notifique-se

Processo n.º @ 110/2016

Nome: Luís Manuel Braçal Sanches

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua S. Paulo, lote 74, Bairro Trigache Sul, Famões

Data de despacho: 27.02.2018

Teor do Despacho: Concordo. Notifique-se

Processo n.º @ 108/2017

Nome: Narciso Luís da Silva Santos

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Abel Manta, lote 24, Bairro Trigache Centro, Famões

Data de despacho: 27.02.2018

Teor do Despacho: Concordo. Notifique-se

Processo n.º @ 374/2015

Nome: António Manuel Vicente de Lemos

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Alves Redol, lote 94, Bairro Sete Quintas, Caneças

Data de despacho: 27.02.2018

Teor do Despacho: Concordo. Notifique-se

Processo n.º 301/2015/OP/GI

Nome: Licínio do Nascimento Rebelo Leal

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua de Belém, lote 113, Bairro Moinho do Baeta, Caneças

Data de despacho: 27.02.2018

Teor do Despacho: Concordo. Notifique-se

Processo n.º @ 107/2017

Nome: Narciso Luís da Silva Santos

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Abel Manta, lote 25, Bairro Trigache Centro, Famões

Data de despacho: 27.02.2018

Teor do Despacho: Concordo. Notifique-se

Processo n.º 144/2016/OP/GI

Nome: Manuel Martins Nunes

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Eng.º Edgar Cardoso – Lote 569 – B.º dos Quatro – Famões

Data de despacho: 28.02.2018

Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 433/2017/OP/GI

Nome: José Miguel Delgado da Silva Ferreira

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Columbano Bordalo Pinheiro, lote 187 – B. Casal dos Apréstimos - Ramada

Data de despacho: 28.02.2018

Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se



Processo n.º @135/2017
Nome: Maria Augusta Ferreira da Cunha
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua da Bempostinha, lote 307 – B. Casal Novo - Caneças
Data de despacho: 28.02.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Listagem dos Comprovativos de Admissão de Comunicação Prévia, emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 2/VPCT/2017, de 31 de outubro, durante o mês de fevereiro de 2018, nos termos da informação n.º Interno/2018/2892, de 2018.03.14:

Processo n.º 263/2016/OP/GI
Nome: Rui Rodrigues Esteves
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua José Carlos Ary dos Santos, lote 61, Bairro Flor do Minho
Data de emissão: 01.02.2018
Comprovativo n.º 014/2018

Processo n.º @ 400/2015 – 14650/CP/OP/GI
Nome: Abel de Jesus Lopes
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua Elina Guimarães, lote 122, Bairro da Milharada
Data de emissão: 02.02.2018
Comprovativo n.º 015/2018

Processo n.º @ 120/2017 – 14604/CP/OP/GI
Nome: Circlexclusive Lda
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua do Olival, lote 94, Bairro Casal das Queimadas á Quinta das Dálías
Data de emissão: 07.02.2018
Comprovativo n.º 016/2018

Processo n.º 116/2017/OP/GI
Nome: António Miguel de Sousa Lima Rodrigues Lapa e Outros
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Av. Da Liberdade, lote 25, Bairro Encosta do Mourigo
Data de emissão: 09.02.2018
Comprovativo n.º 017/2018

Processo n.º 13840/CP/OP/GI - @ - 18/2018
Nome: António Humberto Dias Vinha
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua Isabel Aboim Inglês, lote 4, Bairro Milharada
Data de emissão: 26.02.2018
Comprovativo n.º 018/2018

Processo n.º @ 69/2016 – 3087/OP
Nome: Pinto & Nascimento Pires – Construção Civil, Lda
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Urbanização Colinas do Cruzeiro, lote 25 Zona 7, Odíveas
Data de emissão: 27.02.2018
Comprovativo n.º 019/2018

Listagem dos Alvarás de Utilização e de Construção, emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 2/VPCT/2017, de 31 de outubro, durante o mês de novembro de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2018/476, de 2018.01.11:

Alvarás de Construção

Processo n.º 299/2016/OP/GI
Nome: Silvério Teixeira Cardoso
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Avenida da Liberdade, lote 356, Bairro dos Quatro
Data de emissão: 01.02.2018
Alvará n.º 026/2018

Processo n.º 72/2017/OP/GI
Nome: Ana Maria D'Assunção Pereira Gonçalves
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Ria Cidade de Ovar, lote 396, Bairro Casal S. Sebastião
Data de emissão: 01.02.2018
Alvará n.º 027/2018

Processo n.º 131/2015/OP/GI
Nome: Adelino Trindade Batista
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua dos Patrícios, lote 538, Bairro Casal da Silveira
Data de emissão: 01.02.2018
Alvará n.º 028/2018

Processo n.º 168/2017/OP
Nome: Bruno Manuel da Costa Melo
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Fernando Pessoa, lote C28, Bairro Pedrenais
Data de emissão: 05.02.2018
Alvará n.º 029/2018

Processo n.º 381/2015/OP/GI
Nome: José Acácio Antunes
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Júlio Verne, lote 845, Bairro Casal da Silveira
Data de emissão: 06.02.2018
Alvará n.º 030/2018

Processo n.º 59/2017/OP/GI
Nome: Ana Cristina Campos Duarte Ribeiro e Outra
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua 1º. de Janeiro, lote 49, Bairro Novo do Trigache
Data de emissão: 06.02.2018
Alvará n.º 031/2018

Processo n.º 43/2016/OP/GI
Nome: Manuel Gomes Batista
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua da Associação, lote 63, Bairro do Girassol
Data de emissão: 06.02.2018
Alvará n.º 032/2018

Processo n.º 55/2017/OP/GI
Nome: Miguel Ângelo Cabral da Silva Farinha
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Miraflores, lote 692 A, Bairro Casal da Silveira
Data de emissão: 07.02.2018
Alvará n.º 033/2018



Processo n.º 504/2017/D/OVP
Nome: PROARBA – Energia e Telecomunicações Lda
Assunto: Licença de Operadores de Subsolo
Local: Rua do Norte, lote 95, Bairro Castelo Poente
Data de emissão: 07.02.2018
Alvará n.º 034/2018

Processo n.º 260/2017/OP/GI
Nome: Hugo Alexandre Rodrigues Duarte
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Cidade de Ponte de Sôr, lote 96, Bairro Casal de São Sebastião
Data de emissão: 08.02.2018
Alvará n.º 035/2018

Processo n.º 234/2017/OP/GI
Nome: INSTALCS-Instalações Técnicas Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Povos de Alpiarça, lote 2, Bairro Quinta do Castelo Nascente
Data de emissão: 08/02.2018
Alvará n.º 036/2018

Processo n.º 127/2017/OP/GI
Nome: Sérgio Miguel da Silva Pinto
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Padre António Vieira, lote 601, Bairro dos Quatro
Data de emissão: 09.02.2018
Alvará n.º 037/2018

Processo n.º 495/2017/D/OVP
Nome: SOCOREI-Sociedade de Cofragens Rei, Lda
Assunto: Licença de Operadores de Subsolo
Local: Rua do Povo de Timor, lote 9, Serra da Amoreira
Data de emissão: 09.02.2018
Alvará n.º 038/2018

Processo n.º 290/2017/OP
Nome: Construções J. A. Fernandes, Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua A, lote 1, Casal da Caiada
Data de emissão: 09.02.2018
Alvará n.º 039/2018

Processo n.º 451/2015/OP/GI
Nome: Fernanda Maria de Oliveira Rodrigues Aires
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Flôr do Minho, Lote 44, Bairro Flôr do Minho
Data de emissão: 15.02.2018
Alvará n.º 040/2018

Processo n.º 288/2017/OP/GI
Nome: Andreia Filipa Carmo Cabral
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Cidade de Portimão, lote 362, Bairro Casal de São Sebastião
Data de emissão: 15.02.2018
Alvará n.º 041/2018

Processo n.º 85/2017/OP/GI
Nome: Vitor Manuel Leitão Teixeira
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua de St.º. Antão, lote 379 A, Bairro Casal Novo
Data de emissão: 15.02.2018
Alvará n.º 042/2018

Processo n.º 27/2018/D/OVP
Nome: LisboaGás
Assunto: Licença de Operadores de Subsolo
Local: Rua dos Besouros, UF Pontinha e Famões
Data de emissão: 16.02.2018
Alvará n.º 043/2018

Processo n.º 248/2017/OP
Nome: Daniela dos Santos Cid e Outra
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua das Ribeiras, Terra das Ilhas das Cobras
Data de emissão: 19.02.2018
Alvará n.º 044/2018

Processo n.º 269/2017/OP
Nome: Compreconcil-Compra de Prédios e Construção Civil, SA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Granja da Paradela, lote 22, Póvoa St.º. Adrião
Data de emissão: 20.02.2018
Alvará n.º 045/2018

Processo n.º 284/2017/OP/GI
Nome: Pedro Alexandre Nascimento Próspero Ordonho
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Vasco Santana, lote 95, Bairro Quinta da Condessa
Data de emissão: 20.02.2018
Alvará n.º 046/2018

Processo n.º 460/2016/OP
Nome: Amélia Maria Patrício Cruz
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Travessa do Pinhal Verde, lote 6, Piçarras
Data de emissão: 22.02.2018
Alvará n.º 047/2018

Processo n.º 368/2017/OP/GI
Nome: Ana Margarida Martins Gabriel
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Cidade de Ponte Sôr, lote 226, Bairro Casal São Sebastião
Data de emissão: 22.02.2018
Alvará n.º 048/2018

Processo n.º 457/2016/OP/GI
Nome: José Morais Coutinho
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Hortense Luz, lote 744, Bairro dos Quatro
Data de emissão: 23.02.2018
Alvará n.º 049/2018

Processo n.º 458/2016/OP/GI
Nome: José Morais Coutinho
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Hortense Luz, lote 745, Bairro dos Quatro
Data de emissão: 23.02.2018
Alvará n.º 050/2018

Processo n.º 503/2017/D/OVP
Nome: MEO-Serviços de Comunicações e Multimédia SA
Assunto: Licença de Operadores de Subsolo
Local: Rua 3 de Julho, Póvoa St.º. Adrião
Data de emissão: 26.02.2018
Alvará n.º 051/2018



Processo n.º 360/2017/OP/GI
Nome: Coutinho e Funina, Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Barbosa do Bocage, lote 691, Bairro Casal da Silveira
Data de emissão: 27.02.2018
Alvará n.º 052/2018

Processo n.º 224/2017/OP/GI
Nome: José Elso Viegas de Sousa Melo
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua das Camélias, lote 37, Bairro Quinta da Barroca
Data de emissão: 27.02.2018
Alvará n.º 053/2018

Processo n.º 403/2017/OP/GI
Nome: Guilherme Jesus Alberto
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Cidade de Estremoz, lote 158, Bairro Casal S. Sebastião
Data de emissão: 28.02.2018
Alvará n.º 054/2018

Processo n.º 10/2018/D
Nome: TOWERING-Gestão de Torres de Telecomunicações SA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Praceta de São Carlos, nº 1, Caneças
Data de emissão: 28.02.2018
Alvará n.º 055/2018

Processo n.º 28/2018/D/OVP
Nome: Lisboaágas
Assunto: Licença de Operadores de Subsolo
Local: Vários Arruamentos – Zona A, Pontinha
Data de emissão: 28.02.2018
Alvará n.º 056/2018

Processo n.º 58/2018/D/OVP
Nome: Lisboaágas
Assunto: Licença de Operadores de Subsolo
Local: Rua Combatentes do Ultramar, nº 3, Odivelas
Data de emissão: 28.02.2018
Alvará n.º 057/2018

Processo n.º 528/2017/D/OVP
Nome: Lisboaágas
Assunto: Licença de Operadores de Subsolo
Local: Rua Pires de Lima, Famões
Data de emissão: 28.02.2018
Alvará n.º 058/2018

Alvarás de Utilização

Processo n.º 174/2016/OP/GI
Nome: António João Ribeiro Bicho
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Nova de São José, lote 12, Bairro de São José
Data de emissão: 01.02.2018
Alvará n.º 019/2018

Processo n.º @ 56/2017 – 10878/CP/OP/GI
Nome: Vitor Manuel Francisco Franco
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Joaquim da Cunha Roque, lote 26, Moinho do Baeta
Data de emissão: 01.02.2018
Alvará n.º 020/2018

Processo n.º 440/2015/OP/GI
Nome: Armino Martins da Conceição
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Poeta José Régio, nº 24, 24 A e 24 B de polícia, Casal do Bispo
Data de emissão: 01.02.2018
Alvará n.º 021/2018

Processo n.º 117/2016/OP
Nome: Pedro Miguel da Silva Marques
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua José Augusto Gouveia, nº 12 de polícia, Caneças
Data de emissão: 05.02.2018
Alvará n.º 022/2018

Processo n.º 234/2015/OP/GI
Nome: Arnaldo Luis Raposo
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Maria Lamas, nº 21 e 21 A de polícia, Casal do Rato
Data de emissão: 05.02.2018
Alvará n.º 023/2018

Processo n.º Anulado
Nome:
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local:
Data de emissão:
Alvará n.º 024/2018

Processo n.º @ - 302/2015 – 14059/CP/OP/GI
Nome: Egidio de Jesus Pulga
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Natália Correia, lote 222, Bairro da Milharada
Data de emissão: 06.02.2018
Alvará n.º 025/2018

Processo n.º @ 133/2017 – 8493/OP/GI
Nome: Vitor Martins Simões
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Ivone Silva e Rua Soeiro Pereira Gomes, lote 870, Bairro Casal Novo
Data de emissão: 07.02.2018
Alvará n.º 026/2018

Processo n.º 401/2016/OP/GI
Nome: Isabel da Encarnação Robalo e Outros
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Raul Proença, lote 28, Bairro Casal das Queimadas á Quinta das Dálías
Data de emissão: 15.02.2018
Alvará n.º 027/2018

Processo n.º 295/2015/OP
Nome: BETOURBE LDA
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Quinta do Barruncho, Granja da Paradela, lote 28, Póvoa de St.º Adrião
Data de emissão: 15.02.2018
Alvará n.º 028/2018

Processo n.º 339/2015/OP/GI
Nome: Rafael dos Santos Lopes Ribeiro
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Soeiro Pereira Gomes, lote 684, Bairro Casal Novo
Data de emissão: 15.02.2018
Alvará n.º 029/2018



Processo n.º 10118/OP/GI

Nome: SOICIFIDE – Soc de Construções Torre, SA

Assunto: Emissão de Alvará de Utilização

Local: Rua Ivone Silva, lote 809, Bairro Casal Novo

Data de emissão: 19.02.2018

Alvará n.º 030/2018

Processo n.º @ 128/2017 – 11598/CP/OP/GI

Nome: Manuel Simões Tomé

Assunto: Emissão de Alvará de Utilização

Local: Rua do Chafariz, lote 180, Bairro Casal da Silveira

Data de emissão: 20.02.2018

Alvará n.º 031/2018

Processo n.º 238/2017/OP/GI

Nome: António Francisco Cubaixo Soeiro

Assunto: Emissão de Alvará de Utilização

Local: Rua Nova, n.º 8 e 8 A de polícia, Ramada

Data de emissão: 21.02.2018

Alvará n.º 032/2018

Processo n.º @ 115/2017 – 3072/ANTIGO

Nome: Vitor Manuel Pereira Dias

Assunto: Emissão de Alvará de Utilização

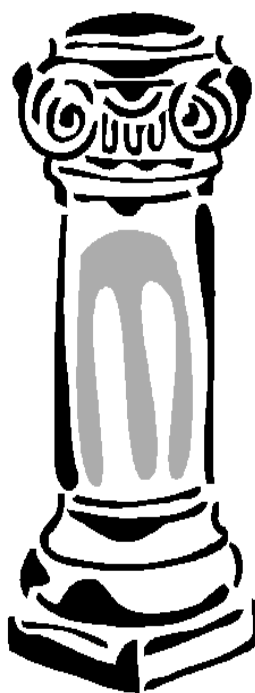
Local: Rua Alexandre Herculano, n.º 16 de polícia, fração B, que
torneja para a Rua Guerra Junqueiro. N.º 2 de polícia, Odivelas

Data de emissão: 26.02.2018

Alvará n.º 033/2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 22 de março de 2018

DELIBERAÇÕES

ORDEM DE TRABALHOS

ALTERAÇÃO DA ORDEM DE TRABALHOS

A Sr.ª Presidente em exercício propôs à consideração do Plenário a alteração da Ordem de Trabalhos, passando de imediato para o Período de Intervenção do Público.

(Aprovado por maioria)

RECOMENDAÇÕES

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

“DESALOJADOS DE HABITAÇÕES ILEGAIS”

Pela bancada do CDS/PP, foi apresentada uma Proposta de Recomendação com o título “Desalojados de habitações ilegais”, (documento n.º 2), que será transcrita em ata. Colocada à votação foi a proposta de recomendação rejeitada por maioria com os votos a favor das bancadas do BE e CDS/PP, contra da bancada do PS e com a abstenção das bancadas do PPD/PSD, PAN e CDU.

(Rejeitada por maioria)

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

“PROIBIÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM CIRCOS NO CONCELHO DE ODIVELAS”

Pela bancada do BE, foi apresentada uma proposta de recomendação com o título “Proibição da utilização de animais em circos no concelho de Odivelas” (documento n.º 8), que será transcrita em ata. Colocada à votação foi a proposta de recomendação rejeitada por maioria com os votos a favor das bancadas do BE, CDU, PAN, contra das bancadas do PS e CDS/PP e com a abstenção da bancada do PPD/PSD.

(Rejeitada por maioria)

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

“REVISÃO DA CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO PARA A RECOLHA DE DEJETOS CANINOS”

Pela bancada do BE, foi apresentada uma proposta de recomendação com o título “Revisão da campanha de sensibilização para a recolha de dejetos caninos” (documento n.º 10), que será transcrita em ata. Colocada à votação foi a proposta de recomendação rejeitada por maioria com os votos a favor das bancadas do BE, CDU, PAN e PPD/PSD, contra das bancadas do PS e CDS/PP.

(Rejeitada por maioria)

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

REPARAÇÃO DE PROTEÇÃO DE VALA NO CRUZAMENTO ENTRE A AV. DAS ACÁCIAS E A RUA PRINCIPAL

Considerando que:

1. Na sequência de uma proposta de recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda nesta assembleia, foi colocada uma proteção na vala que está situada no cruzamento da Avenida das Acácias com a Rua Principal, na fronteira entre as freguesias de Odivelas e da Ramada;
2. A proteção em rede foi colocada por forma a garantir a segurança da circulação automóvel e pedonal naquela área;
3. Devido ao cumprimento do seu papel, a estrutura encontra-se danificada em vários locais, como demonstram as imagens.





Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 22 de março de 2018, recomenda ao executivo municipal que:

Em conjunto com as entidades competentes, proceda à reparação da estrutura, no mais curto espaço de tempo possível, de modo a voltar a assegurar as condições de segurança para peões e automobilistas que ali circulam.

Enviar este documento à Agência Portuguesa do Ambiente, à Junta e Assembleia de Freguesia de Odivelas, à Junta e Assembleia de Freguesia da União das Freguesias da Ramada e Caneças e à comunicação social.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado, por unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de março de 2018

(Aprovado por unanimidade)

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

“ESTUDAR, DECIDIR A AGIR PARA UM CONCELHO ACESSÍVEL A TODAS AS PESSOAS”

Pela bancada do PAN, foi apresentada uma proposta de recomendação com o título “Estudar, decidir a agir para um concelho acessível a todas as pessoas” (documento nº 14), que será transcrita em ata. Colocada à votação a proposta de recomendação foi rejeitada por maioria com os votos a favor das bancadas do BE, PAN, CDS/PP e PPD/PSD, contra das bancadas do PS e abstenção da bancada da CDU.

(Rejeitada por maioria)

VOTOS DE PESAR

VOTO DE PESAR

MARIELLE FRANCO – NÃO É LUTO, É LUTA!

Favelada, negra, mãe adolescente, mulher, Marielle Franco contrariou as estatísticas e formou-se na Pontifícia Universidade Católica, fruto do programa pré-vestibular comunitário e de uma bolsa de estudos integral.

Mas foi a bala perdida que em 2000 matou uma amiga próxima, no seguimento de um confronto entre polícias e

traficantes na Maré, a sua favela, que a levou para a política ativa.

Ativista pelos direitos humanos, contra a discriminação racial e contra intervenções violentas nas favelas, trabalhou em organizações da sociedade civil, como a Brasil Foundation e o Centro de Ações Solidárias da Maré (Ceasm).

Em 2006 tornou-se assessora de Marcelo Freixo na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e em 2012 passou a coordenar a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania daquela Assembleia.

Em 2016, fazendo campanha como feminista, negra, pelos direitos LGBT e contra a violência policial, foi eleita a quinta vereadora mais votada do Rio de Janeiro e a segunda mulher mais votada em todo o País. Na Câmara Municipal, presidiu à Comissão de Defesa da Mulher e trabalhou no desenvolvimento de vários projetos-lei, no qual se destacam os de defesa das mulheres e da população negra como:

- Assédio não é Passageiro – contra o assédio nos transportes públicos.

- Espaço Coruja – Espaço Infantil Noturno para apoio a mães e pais que estudam à noite.

- Projeto-lei Pra Fazer Valer o Aborto Legal no Rio e a Lei das Casas de Parto, estruturas que realizam partos normais e salvaguardam a saúde da mãe e do bebé, de forma próxima e acessível.

- Projeto-lei Dia de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, inspirado na história de Tereza de Benguela, escrava que liderou Quilombo de Quariterê e foi morta por soldados em 1770, para, incluir no calendário municipal do Rio um dia oficial para celebrar a existência e resistência de mulheres negras por todo o Brasil.

Foi uma das vozes mais críticas da intervenção militar no Rio de Janeiro, tendo vindo a ser, a 28 de Fevereiro do corrente ano, nomeada relatora da Comissão da Câmara de Vereadores, criada para acompanhar a intervenção do exército, denunciando sistematicamente e em diversos fóruns o aumento da violência do Estado depois da ocupação e, de forma contundente, a violência policial no bairro suburbano de Acari.

A 14 de Março foi executada com quatro tiros na cabeça, juntamente com o seu motorista, Anderson Pedro Gomes.

As suspeitas da morte de Marielle têm-se voltado para a própria polícia, sobretudo para as chamadas milícias, os polícias que têm esquemas de conluio com traficantes das favelas.



No dia seguinte e no rescaldo deste ato de barbárie, o jornal brasileiro Extra sentiu a necessidade de publicar um artigo, no qual explica aos seus leitores o que são os Direitos Humanos.

A morte de Marielle é não só uma trágica perda para o Brasil e para as mulheres brasileiras mas, acima de tudo, para as mulheres e homens defensores da dignidade da Mulher, da luta contra o racismo e dos Direitos Humanos em todo o mundo.

Nas suas palavras:

“ Não é à toa que política e luta são palavras femininas. Nós, mulheres, estamos historicamente disputando nosso lugar no trabalho, na vida pública e na política, que é caracterizada pela ausência feminina nesse espaço de decisão. E como não desistimos do direito à vida das mulheres, dos negros e da juventude, a nossa luta é pra fazer valer.”

Em sua homenagem, milhares têm-se manifestado e reunido em vigílias por todo o mundo, como aconteceu na passada segunda-feira em Lisboa, Porto, Braga e outras localidades, repetindo em sua memória – Não é luto, é luta!

No seu país, o Brasil, as manifestações contra o seu assassinato acontecem diariamente.

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em 22 de Março de 2018, manifesta o seu profundo pesar e repúdio pelo assassinato da Vereadora Marielle Franco e apresenta as condolências à sua família e amigos mais próximos.

Enviar a:

- Câmara Municipal do Rio de Janeiro
- PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
- Embaixada do Brasil em Portugal

(Documento apresentado pela bancada do PS – Aprovado, por maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, PAN, PPD/PSD, CDU e BE e abstenção da bancada do CDS/PP)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de março de 2018

(Aprovado por maioria)

VOTO DE PESAR

**PELO ASSASSINATO DE MARIELLE FRANCO E ANDERSON
PEDRO GOMES**

“O mandato de uma mulher negra, favelada, periférica, precisa estar pautado junto aos movimentos sociais, junto

à sociedade civil organizada”. Estas foram algumas das últimas palavras proferidas de Marielle Franco, vereadora do Partido Socialismo e Liberdade na cidade brasileira do Rio de Janeiro, mulher, negra, lésbica, ativista, defensora intransigente dos Direitos Humanos e auto-intitulada “cria da favela da Maré” que foi brutalmente assassinada a tiro na passado dia 14 de março, no Brasil, à saída de uma sessão pública de empoderamento das mulheres negras.

Consigo estavam Anderson Pedro Gomes, motorista do veículo, que também foi baleado e acabou por morrer, e a assessora Fernanda Chaves, que sobreviveu ao ataque.

Segundo as primeiras informações da polícia, os homicidas encontravam-se num carro que parou ao lado do veículo da vereadora, tendo fugido após a execução. Marielle foi morta com quatro tiros na cabeça. Várias organizações humanitárias já exigiram celeridade na investigação. Marielle Franco era relatora da comissão de acompanhamento da Intervenção Federal no Rio de Janeiro e nos últimos dias havia denunciado o assassinato de jovens negros pela Polícia Militar do estado.

Marielle Franco foi a quinta vereadora mais votada do Rio de Janeiro nas eleições de 2016, com mais de 46 mil votos na sua primeira disputa eleitoral. Socióloga, feminista, militante dos direitos humanos e crítica da recente ocupação de vastas áreas urbanas pela intervenção militar do governo federal no Rio de Janeiro, Marielle Franco empenhou-se na luta pelos direitos humanos, especialmente em defesa dos direitos das mulheres negras e dos moradores de favelas e periferias, e na denúncia da violência policial.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 22 de março de 2018, manifesta o seu pesar pelo assassinato de Marielle Franco e Anderson Pedro Gomes, transmite as suas condolências aos seus familiares, ao PSOL e ao povo brasileiro e exprime a mais veemente condenação pela violência e pelos crimes políticos, racistas e de ódio que aumentam de dia para dia no Brasil.

Enviar este documento à embaixada do Brasil em Portugal, ao PSOL e à comunicação social.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado, por maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, PAN, PPD/PSD, CDU e BE e abstenção da bancada do CDS/PP)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de março de 2018

(Aprovado por maioria)



VOTO DE PESAR

ALBANO DA COSTA DE SOUSA

Albano da Costa de Sousa nasceu no ano de 1954, em Pedras Salgadas de Vidago, concelho de Chaves.

Iniciou a sua actividade profissional na área da hotelaria em 1968, onde conhece José Vieira.

Deste conhecimento, nasce uma amizade, acompanhada pelo gosto pela música.

Os dois decidem naquela época estudar música, vindo a formar mais tarde, no ano de 1970, uma Banda – “Intento”, que durou cerca de 10/15 anos e que contou com vários sucessos.

Em 1974 inicia funções no Instituto Nacional da Água, onde se manteve até se aposentar.

Após uma separação de cerca de 20 anos, Albano de Sousa reencontra novamente José Vieira que já integrava o Projeto Banda Maior, convidando-o a integrar este Projeto.

Albano de Sousa esteve 5 anos como guitarrista na Banda Maior, contribuindo durante estes anos para o sucesso que é este projecto da Câmara Municipal de Odivelas, um exemplo de como se pode ser sénior de forma ativa e divertida.

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em 22 de Março de 2018, manifesta o seu profundo pesar e apresenta as condolências à sua família e à Banda Maior.

Enviar à:

- Família
- Banda Maior

(Documento apresentado pela bancada do PS – Aprovado, por maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, PAN, PPD/PSD, CDU e BE e abstenção da bancada do CDS/PP)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de março de 2018

(Aprovado por maioria)

VOTO DE PESAR

STEPHEN HAWKING

Faleceu no passado dia 14 de Março de 2018, aos 76 anos, o famoso físico e matemático britânico, Stephen Hawking.

Nasceu a 8 de Janeiro de 1942, precisamente 300 anos após a morte de Galileu.

Aos 21 anos de idade foi-lhe detectada esclerose lateral amiotrófica, doença rara degenerativa que paralisa os músculos do corpo, sem no entanto, atingir as funções cerebrais.

Titular de vasta obra científica, evocada inúmeras vezes na comunicação social e retratada em cinema e séries de TV. Dedicou-se, particularmente após 1974, ao estudo dos buracos negros e ao comportamento da matéria, nas suas vizinhanças.

Professor na Universidade de Cambridge, Director de Pesquisa do Departamento de Matemática Aplicada e Física Teórica, foi fundador do Centro de Cosmologia Teórica desta Universidade. Em 2009, por limite de idade, ocupou o posto de professor lucasiano de Matemática, cátedra que fora de Newton.

A Assembleia Municipal de Odivelas reunida a 22 de Março de 2018, presta a sua homenagem a Stephen Hawking, manifestando profundo pesar pelo seu falecimento, apresentando à sua família sentidas condolências.

(Documento apresentado pela bancada do PPD/PSD – Aprovado, por maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, PAN, PPD/PSD, CDU e BE e abstenção da bancada do CDS/PP)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de março de 2018

(Aprovado por maioria)

VOTO DE PESAR

THOMAS BERRY BRAZELTON

Thomas Berry Brazelton, nasceu a 10 de Maio de 1918 e faleceu a 13 de Março de 2018, com 99 anos, na sua casa em Barnstable, Massachusetts.

O Mundo perdeu um verdadeiro herói, para os bebés, crianças e famílias.

Autor de “O Grande Livro da Criança”, e de mais de três dezenas de títulos, foi professor de pediatria na Harvard Medical School e pediatra emérito no Hospital Pediátrico de Boston.

Descobriu a importância de, nos primeiros minutos de vida, o recém-nascido ter contacto com a mãe, “pele com



pele”, facto que ficaria conhecido mundialmente pela “Teoria dos Touchpoints”.

Em Portugal foi criado o primeiro centro, fora dos Estados Unidos da América, com o nome do especialista de Fundação Brazelton/Gomes Pedro, para as ciências do Bebê e da Família, a qual está sediada em Lisboa.

Com o conceito da “Teoria de Touchpoints”, verificou-se uma mudança no modo de intervenção dos profissionais, não só pediatras, mas de todos os que lidam com os mais pequenos, de modo a privilegiar a relação bebê-família.

Em Portugal, a Fundação com o seu nome oferece formação a pediatras, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, educadores, etc.

“As crianças não votam, mas têm de estar no centro das decisões”, foi um dos muitos pensamentos fortes, que o tornaram numa eterna referência.

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida a 22 de Março de 2018, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Berry Brazelton, apresentando à sua família e fundação as suas sentidas condolências.

(Documento apresentado pela bancada do PPD/PSD – Aprovado, por maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, PAN, PPD/PSD, CDU e BE e abstenção da bancada do CDS/PP)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de março de 2018

(Aprovado por maioria)

VOTO DE PESAR

JOÃO CALVÃO DA SILVA

João Calvão da Silva, nasceu em 20 de Fevereiro de 1952, tendo cedo enveredado pelo percurso académico logo após a sua licenciatura na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra onde, em 1975, obteve a classificação de 17 valores. Em 1986 conclui o seu curso de pós-graduação em Ciências Jurídicas com a classificação de muito bom e distinção de 18 valores. Já em 1990, com distinção e louvor por unanimidade, conclui o seu doutoramento em Direito Civil na sua Universidade de Coimbra onde é contratado como Professor Auxiliar. Em 2002 foi promovido a Professor Agregado por unanimidade, após provas públicas de concurso passado um ano foi aprovado por unanimidade no concurso para Professor Catedrático tendo tomado posse no dia 5 de Junho de 2003.

De Junho de 1983 a Fevereiro de 1985, exerceu no IX Governo Constitucional as funções de Secretário de Estado Adjunto do Vice Primeiro Ministro, Professor Doutor Carlos Alberto da Mota Pinto; foi Presidente da Comissão de Fiscalização da TAP Air Portugal, E.P. de Outubro de 1985 a Abril de 1992; membro do Conselho Superior do Ministério Público de Setembro de 1992 a Outubro de 1995; administrador (não executivo) do Banco Totta & Açores, SA, de Janeiro de 1991 a Março de 1998 e do Banco Crédito Predial Português de Janeiro de 1993 a Março de 1996; administrador executivo da SIC – Sociedade Independente de Comunicação, SA, de Abril de 1994 a 13 de Março de 1998; Deputado da Assembleia da República até Outubro de 1999, eleito nas eleições legislativas de 1 de Outubro de 1995, tendo integrado a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, a Comissão eventual para a Revisão Constitucional e a Delegação Portuguesa à Assembleia Parlamentar da OSCE, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa; foi membro do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Global de 1998 a 2002; membro do Conselho Superior da Magistratura de 19 de Maio de 2005 até 2009.

Mais recentemente foi Ministro da Administração Interna do XX Governo Constitucional e foi até ao passado mês de Fevereiro, Presidente do Conselho de Jurisdição Nacional do PPD-PSD.

Não podemos deixar de lamentar a perda de um vulto da comunidade jurídica portuguesa que muito contribuiu para o Direito Privado Português bem como para a democracia e desenvolvimento económico de Portugal, mas acima de tudo lamentar a perda de um homem que sempre teve uma conduta exemplar no exercício dos diversos cargos que exerceu.

A Assembleia Municipal de Odivelas manifesta o seu mais profundo pesar pela morte do cidadão, do político e do ilustre académico, Prof. Calvão da Silva e envia as suas condolências a todos os seus familiares e amigos.

Enviar à família, ao PPD-PSD e ainda à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

(Documento apresentado pela bancada do PPD/PSD – Aprovado, por maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, PAN, PPD/PSD, CDU e abstenção da bancada do CDS/PP e do membro Luís Santos em nome individual e os votos contra do membro Roberto Tavares em nome individual)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de março de 2018

(Aprovado por maioria)



VOTO DE PESAR

MARIELLE FRANCO

No passado dia 14 de Março, o mundo assistiu a um acto de profunda ignomínia vertido no assassinato violento da vereadora da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Marielle Franco.

Marielle Franco, havia sido eleita nas últimas eleições municipais de 2016, e entre o corpo de 50 Vereadores eleitos para órgão legislativo Municipal, Marielle Franco era também a presidenta da Comissão da Defesa da Mulher.

Conhecida ativista dos direitos humanos, da justiça social, das minorias e das mulheres, numa cidade pautada por violência, Marielle Franco, nascida e criada no Complexo da Maré, uma favela do Rio de Janeiro, era reconhecida pela sua crescente intervenção política e por não renegar as suas pobres origens tão pouco a sua identidade.

Lutou e trabalhou publicamente para reverter mentalidades, contra as desigualdades sociais, contra a violência sobre as mulheres, contra a corrupção e subversão dos mecanismos do Estado e dos seus representantes eleitos em democracia, pactuantes de crimes de colarinho branco e corrupção política, bem como falou do abuso de autoridade na actuação das forças policiais e militares contra o cidadão comum no âmbito das suas incursões de combate ao crime organizado nas áreas desfavorecidas do Rio de Janeiro.

Os testemunhos de pessoas que lhe eram próximas e ainda no choque da pesada notícia, realçam o seu carisma e a sua postura próxima daqueles que defendia.

Nas palavras de amigos e colegas, Marielle era uma mulher de partilha, de luta e gargalhada fácil. De inspiração, de integração.

E pesam as palavras emocionadas da sua irmã Anielle:

“...Deixou um legado gigante e lutou por tudo aquilo que acreditava. A única maneira de calarem ela, ou melhor, tentarem calar, foi dessa forma brutal e covarde. Mas não sabiam que ela era semente. No mais... sigamos...”.

Marielle, foi uma voz que quiseram silenciar.

O Partido Social Democrata irá pautar-se sempre pela defesa tácita e inequívoca do direito de livre expressão bem como irá assegurar sempre que todos os valores democráticos estão garantidos.

Desta forma não podíamos deixar de manifestar o nosso completo repúdio por acções violentas de silenciamento de liberdades. Por muito incómodas que se tornem. Por muito diferentes que por vezes sejam das nossas próprias vozes. Defenderemos sempre o direito a que existam.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas reunida em 22 de Março de 2018 expressa o seu sentido pesar pelo desaparecimento de Marielle Franco e estende a sua solidariedade à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e seus cidadãos neste momento de profunda comoção democrática.

Enviar à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Prefeitura do Rio de Janeiro e Embaixada do Brasil.

(Documento apresentado pela bancada do PPD/PSD – Aprovado, por maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, PPD/PSD, CDU, PAN e BE e abstenção da bancada do CDS/PP)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de março de 2018

(Aprovado por maioria)

MOÇÕES

MOÇÃO

SAUDAÇÃO AO 8 DE MARÇO – DIA INTERNACIONAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Considerando que:

1. No dia 8 de março celebrou-se o Dia Internacional dos Direitos das Mulheres. Neste dia, evocam-se e atualizam-se as lutas travadas por tantas mulheres, em todo o mundo e ao longo de décadas, defendendo direitos civis, laborais e sociais, educação, autodeterminação e liberdade sexual. Defendendo dignidade e justiça, muitas vezes, perdendo a vida nesses processos;

2. Em 1910, Carla Zetkin sugeriu, na 2ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, que o Dia 8 de março fosse considerado o Dia da Mulher. Desde então, este dia foi sendo celebrado em diversos países e, em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) assinalou pela primeira vez o Dia Internacional da Mulher;

3. Tantos anos após a primeira vez em que este dia foi celebrado, a sua pertinência mantém-se. Refira-se, por exemplo, que a taxa de alfabetização das mulheres no mundo continua a ser inferior à dos homens (80% por contraponto a 89% dos homens) ou que cerca de 700 milhões de mulheres casaram antes dos 18 anos de idade, sendo que cerca de 1/3 destas mulheres casou com menos de quinze anos de idade (in Beijing+20 da ONU);



4. Em Portugal, as desigualdades são também bem patententes. As mulheres continuam a receber salários mais baixos do que os homens: em média, ganham menos 16,7% de salário base (e menos 20 a 28% de salário, se tivermos em conta os ganhos relativos a prémios e bónus), o que significa que precisam de trabalhar mais 2 meses por ano para ganharem o mesmo (dados da CITE). Das pessoas que ganham o salário mínimo nacional, 53,6% são mulheres;

5. Cinco profissões são responsáveis por 37,3% do emprego feminino, sendo elas: trabalhadoras de limpeza, vendedoras em loja, empregadas de escritório, professoras do ensino básico (2º e 3º ciclos) e secundário, trabalhadoras de cuidados pessoais nos serviços de saúde (Dados do Instituto Nacional de Estatística – INE);

6. Por outro lado, os lugares de chefia continuam masculinizados. De facto, das 220 pessoas que compõem os conselhos de administração das empresas do PSI-20, só 33 são mulheres, o que representa 15% do total;

7. As mulheres são mais afetadas pela precariedade laboral, pelo desemprego e pela pobreza (sabe-se que uma em cada cinco mulheres é pobre). Além disto, continuam a suportar uma dupla jornada de trabalho, e a conciliação da vida familiar e profissional continua a ser encarada como uma responsabilidade que incumbe mais à mulher;

8. As mulheres continuam a ser as principais vítimas de violência doméstica, sexual e de género persistindo a situação ignóbil das mulheres mortas pelos seus atuais ou ex-companheiros. Segundo dados da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e do Observatório das Mulheres Assassinadas (OMA), entre 2004 e 2016 registaram-se 428 homicídios e 497 na forma tentada. Em 2017, foram verificados 1,6 homicídios por mês, e 23 foram vítimas de tentativa de homicídio no mesmo ano;

9. No que respeita à atividade política, a participação de mulheres tem ainda um longo caminho a percorrer. Vejamos, por exemplo, o resultado das eleições legislativas de 2015, que apenas cumpre os mínimos determinados pela Lei da Paridade: com uma taxa de 34%, em 230 lugares, há apenas 76 deputadas eleitas;

10. As políticas locais não podem ignorar esta realidade. Por mais que a lei tenha avançado, as mulheres continuam a ser vítimas de violência e de estereótipos ultrapassados - vítimas da dupla jornada de trabalho, da precariedade, das violências de género, de crimes sexuais; vítimas, ainda, de múltiplas formas de discriminação como o racismo, a xenofobia e a negação do direito fundamental à autodeterminação de género e sexual, entre outras;

11. Quando o assédio, nas suas múltiplas formas, a violência doméstica, o medo da violação ou o sentimento de insegurança, o preconceito e a exploração laboral marcam ainda o quotidiano de tantas mulheres, jovens e

crianças, é a experiência da liberdade, o direito à autonomia, à mobilidade e à autodeterminação que lhes são negados;

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 22 de março de 2018, delibera:

1. Saudar o Dia Internacional dos Direitos das Mulheres e todas e todos os que participaram em todas as comemorações e iniciativas associadas a esta celebração, realizadas nesse dia e durante este mês de março, por todo o país e por todo o mundo;

2. Saudar todas as lutas, organizações e movimentos feministas;

3. Saudar as mais de 5 milhões de mulheres que fizeram greve e saíram às ruas de dezenas de cidades do Estado Espanhol para exigir os seus direitos;

4. Saudar todas as pessoas que, ativa e empenhadamente, lutam por uma sociedade mais igual, mais justa e contra todas as discriminações.

Enviar este documento à comunicação social.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado, por maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, PAN, PPD/PSD, CDU e BE e abstenção da bancada do CDS/PP)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de março de 2018

(Aprovado por maioria)

MOÇÃO

“SAUDAÇÃO AO 21 DE MARÇO – DIA INTERNACIONAL CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL”

Pela bancada do BE, foi apresentado uma moção com o título “Saudação ao 21 de Março – Dia Internacional Contra a Discriminação Racial” (documento nº 5), que será transcrito em ata. Colocada à votação foi a moção rejeitada por maioria com os votos a favor das bancadas do BE, CDU, PAN e PPD/PSD, contra da bancada do PS e com a abstenção da bancada do CDS/PP.

(Rejeitada por maioria)



MOÇÃO

EM SOLIDARIEDADE COM O ATIVISTA ARLINDO CONSOLADO MARQUES E EM DEFESA DO RIO TEJO

Considerando que:

1. No fim do ano de 2015, a luta em defesa do rio Tejo, tornou-se tema nacional por força dos vídeos e fotos dos crimes ambientais, publicados em redes sociais e jornais locais por diversos ambientalistas onde se destaca o ativista Arlindo Consolado Marques;

2. Ao longo de 2016 o trabalho de denúncia e exposição prosseguiu. Depois de diversas incursões Arlindo Marques, publicou imagens de grandes manchas negras e amareladas a emergirem das profundezas do cais de Vila Velha de Rodão. Este local é usado pela Celtejo, empresa transformadora de pasta de papel, para descarregar os seus efluentes. As suspeitas de que esta empresa polui o rio Tejo já não são de agora e no verão de 2015, a empresa foi visada pelo Ministério do Ambiente;

3. No entanto, embora as denúncias de associações, partidos políticos e ambientalistas de tenham intensificado os resultados foram infrutíferos;

4. Em outubro de 2017 deu-se uma gigantesca mortandade de espécies piscícolas na barragem do Fratel. Centenas de milhares de peixes morreram e milhões vinham à tona de água para respirar;

5. No dia 19 de dezembro de 2017, Arlindo Marques tem conhecimento via correio que a empresa Celtejo lhe moveu um processo alegado difamação e pede uma indemnização por danos ao bom nome da empresa no valor de 250.000€;

6. Perante a atitude da empresa Celtejo, e tendo em conta que já por diversas vezes foi referenciada por órgãos de comunicação social, por propostas de resolução na Assembleia da República, por moções em diversas assembleias municipais, como uma das grandes poluidoras do rio Tejo e a referida empresa não moveu nenhum processo em tribunal a qualquer dos órgãos anteriormente referidos, a Assembleia Municipal de Odivelas considera que esta conduta em relação ao ativista Arlindo Marques visa calar a sua voz impedindo-o de exercer o seu dever de cidadania.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 22 de março de 2018, delibera:

1. Manifestar a sua solidariedade ao ativista Arlindo Consolado Marques;

2. Apelar a todas entidades que sejam tomadas medidas para que a empresa Celtejo garanta a diminuição da rejeição de matéria orgânica lançada no rio, cumpra parâmetros bioquímicos nos seus efluentes que não

coloquem em risco as melhores condições ambientais e ecológicas do Tejo e compense todos os afetados pelos atentados ambientais por si provocados.

Enviar este documento ao Governo, a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Agência Portuguesa do Ambiente, à CCDR Centro, à CCDR Alentejo, à Associação Zero, à Quercus e à comunicação social.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado, por maioria, com os votos a favor das bancadas do BE, CDU, PAN e PPD/PSD e com a abstenção das bancadas do CDS/PP e PS)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de março de 2018

(Aprovado por maioria)

MOÇÃO

DIA DA MULHER

No dia 08 de Março comemorou-se o Dia Internacional da mulher. Trata-se de uma data simbólica, mas da maior relevância histórica, que pretende assinalar o contínuo esforço pela igualdade e pelos direitos das mulheres em todo o mundo.

Nunca será demais afirmar a dignidade dos direitos humanos das mulheres e meninas, como uma parte inalienável dos direitos humanos universais. Direitos das mulheres são direitos humanos.

Portugal tem sido um País de progressos na igualdade entre homens e mulheres mas reconhecemos que há ainda um longo caminho a percorrer.

Não obstante ter sido um dos primeiros países a subscrever a Convenção de Istambul (Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica) e assim poder orgulhar-se de inúmeros passos bem sucedidos para erradicar o fenómeno da Violência Doméstica, o mundo inteiro, e também em Portugal, milhões de mulheres e raparigas são vítimas de violência nas suas mais variadas dimensões: violência física, violência emocional, violência sexual, violência social e perseguição.

Nos últimos anos assinalaram-se progressos significativos com a criação de medidas de reforço da protecção das mulheres perante os diferentes tipos de discriminação e violência, nomeadamente a implementação dos Planos Nacionais de Prevenção e Combate à violência doméstica



e de género 2014-2017; a criação da Rede de Municípios Solidários; a formação a magistrados e forças de segurança com o objectivo da sensibilização para este tipo de crime.

Em 2016, em Portugal, segundo o Relatório Anual da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, o retrato-tipo da vítima de crime é prevalente no feminino: 82% das vítimas são mulheres com idade média de 50 anos. Segundo o mesmo relatório foram agredidas em média 14 mulheres por dia, 100 mulheres por semana, perfazendo no total 5226 agressões, sendo que foram 17 o número de homicídios em contexto de violência doméstica.

A violência de género tem sido uma das principais causas de morte das mulheres entre os 19 e os 44 anos na Europa, sendo que em Portugal, e segundo a mesma fonte, entre 1 de Janeiro e 31 de Agosto de 2016, foram assassinadas 17 mulheres, vítimas de violência doméstica, que constitui o tipo de violência no género mais predominante e compreende vítimas e agressores de vários estratos sociais e económicos.

Considerando que:

a) Recentemente foram produzidos relatórios da Equipa de Análise retrospectiva do Homicídio em Contexto Conjugal, que enunciam diversas recomendações ao poder político no sentido de criar mecanismos de prevenção da violência doméstica e conjugal, nomeadamente a territorialização de políticas de apoio à vítima, convocando os Municípios a comprometerem-se com estas políticas;

b) Todos os decisores políticos são responsáveis pela luta contra este flagelo, do qual também os órgãos autárquicos não se podem demitir, sob risco de não cumprirem o estabelecido no Plano Nacional de Prevenção e combate à Violência Doméstica e de Género para 2014-2017 onde se refere expressamente que os Municípios, como instâncias de poder mais próximas dos cidadãos, assumem um papel activo e determinante neste combate.

c) São vários os municípios, de entre os quais Odivelas, que têm aderido aos Planos Municipais para a Igualdade, e têm instituído o cargo de Conselheira Municipal para Igualdade, como mecanismos de promoção da igualdade e de prevenção da violência de género nas diferentes áreas de atuação e intervenção dos Municípios, refletindo prioridades estratégicas de intervenção;

d) Em 2012, o XIX Governo Constitucional celebrou com a Associação Nacional de Municípios Portugueses um Protocolo de Colaboração que instituiu a Rede de Municípios Solidários para as vítimas de violência doméstica, destinando-se a apoiar o seu processo de autonomização através do seu acolhimento em casas abrigo, situação vulnerável em que as vítimas carecem de

apoios, designadamente do acesso facilitado e a baixo custo a uma habitação condigna;

e) Atualmente nesta Rede contam-se 130 Municípios aderentes, sendo que o Município de Odivelas não a integra.

Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal de Odivelas reunida em 22 em de novembro de Março de 2018, delibere:

Recomendar à Câmara Municipal de Odivelas a sua adesão à Rede de Municípios Solidários.

Como um Município Responsável e comprometido com as políticas de combate e prevenção à violência doméstica.

(Documento apresentado pela bancada do PPD/PSD – Aprovado, por maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, PPD/PSD, CDU, PAN e BE e abstenção da bancada do CDS/PP)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de março de 2018

(Aprovado por maioria)

MOÇÃO

PELA CONTINUAÇÃO DA LINHA AMARELA ATÉ AO CENTRO DA CIDADE

Considerando que:

- O concelho de Odivelas atualmente com uma população de aproximadamente 160.000 pessoas, com grande parte da sua população activa a trabalhar e estudar em Lisboa é, desde Março de 2004, servido pelo metropolitano até ao centro da cidade de Lisboa, por via da linha amarela cujo traçado é direto e com um percurso com uma duração de 20-30 minutos aproximadamente;

- Atualmente Odivelas dispõe de uma linha direta até ao centro da cidade, o que a ser encurtado até Telheiras, originará o necessário transbordo para se poder aceder a estações como a do Rato, Marquês de Pombal ou Saldanha;

- O Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa prevê que a Linha Amarela seja alterada, obrigando assim os muitos milhares de passageiros de Odivelas e de outros concelhos a norte de Lisboa a terem de mudar de linha na estação do Campo Grande, para se dirigirem ao Saldanha, ao Marquês de Pombal, ao Rato ou à Cidade Universitária;



- A implementação de tal medida irá também afetar o trânsito, bem como a qualidade do ar, na cidade de Lisboa, já que muitos passageiros irão preferir levar os seus automóveis, pelo menos, até à estação do Campo Grande, em detrimento de entrarem nas estações de metro de Odivelas ou do Senhor Roubado, como atualmente sucede;

- A estação de metro de Odivelas foi a terceira mais movimentada da Linha Amarela, no ano de 2017, ultrapassando mesmo a estação da Rotunda (Marquês de Pombal). Só a estação de Odivelas teve 7.364.376 entradas e saídas de passageiros, ficando assim só atrás do Campo Grande (com 7.987.650) e de Entrecampos (10.572.643), a qual foi a estação mais frequentada de toda a linha;

- É possível estudar a solução de integração da Linha Amarela na projetada linha circular (Linha Verde), sem que seja necessário efetuar o transbordo adicional no Campo Grande, como aliás, também defendeu o Presidente da Câmara de Lisboa, Fernando Medina;

- A expansão de Metropolitano deve ter em consideração a mobilidade e os movimentos pendulares das populações.

Perante esta situação, a Assembleia Municipal de Odivelas reunida no dia 22 de Março de 2018 delibera:

1 - Exigir do Governo e da Administração do Metropolitano o reajustamento do Plano de Expansão do Metropolitano, de forma a que a Linha Amarela, continue a servir o mesmo território, mantendo o traçado até ao centro da cidade de Lisboa, sem que as populações dos concelhos a norte de Lisboa sejam drasticamente afetadas;

2 - Exigir que seja retomado o projeto de expansão do Metropolitano de Lisboa até Loures, como forma de descongestionamento das áreas centrais do Concelho de Odivelas.

(Documento apresentado pela bancada do PS, PPD/PSD e BE – Aprovado, por maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, PPD/PSD, CDU, PAN e BE e abstenção da bancada do CDS/PP)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de março de 2018

(Aprovado por maioria)

PROPOSTA

“PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA PARA DISCUSSÃO DA GESTÃO E UTILIZAÇÃO FUTURA DO CONVENTO DE S. DINIS E DE S. BERNARDO”

Pela bancada do PPD/PSD, foi apresentada uma proposta com o título “Proposta de Realização de Assembleia Municipal Extraordinária para Discussão da Gestão e Utilização futura do Convento de S. Dinis e de S. Bernardo” (documento nº 21), que será transcrita em ata. Colocada à votação a proposta foi rejeitada por maioria com os votos a favor das bancadas do BE, CDU, PAN, CDS/PP e PPD/PSD e contra da bancada do PS.

(Rejeitada por maioria)

PONTOS PENDENTES

PASSAGEM DE PONTOS PARA UMA PRÓXIMA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dado o adiantado da hora pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas em exercício foi posto à votação a passagem dos pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 para uma próxima Sessão da Assembleia Municipal.

Ponto 1 - Atividade e Situação Financeira do Município.

Ponto 2 – Designação de Representantes das Freguesias do Concelho de Odivelas para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta.

Ponto 3 – Proposta de Desafetação do Domínio Público para Integrar o Domínio Privado Municipal da Parcela de Terreno com a Área Total de 218 m², a desafetar da Parcela de Terreno com a área total de 8.902,20 m², correspondente ao atual Parque Público da Póvoa de Santo Adrião, sita na Rua Major Mouzinho de Albuquerque, Quinta da Palmeira, Freguesia da Póvoa de Santo Adrião.

Ponto 4 – Processo 5/DM/2018 – SIMAR – Proposta de Adjudicação do Concurso Público para Aquisição de Revisão Oficial de Contas para o Período de 2018-2021 - Agrupamento de Entidades Adjudicantes.

Ponto 5 – Avaliação Do Serviço Postal / CTT (requerido pela Bancada do CDS/PP).

Ponto 6 – Aprovação das Atas da Assembleia Municipal, nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, e 07 do Quadriénio de 2017-2021.



Ponto 7 – Proposta de Deliberação n.º 2/AMO/2018 - criação das Comissões Especializadas Permanentes.

Ponto 8 – Adesão da Assembleia Municipal de Odivelas à ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais.

Ponto 9 – Nova Organização Territorial do Concelho de Odivelas (Requerido pela Bancada do CDS/PP)

(Aprovado por unanimidade)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 26 de março de 2018

DELIBERAÇÕES

CONVENTO OU INSTITUTO DE ODIVELAS

CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO AO MUNICÍPIO DE ODIVELAS

De acordo com o proposto na Informação n.º Interno/2018/677, de 2018.01.16 e seus anexos, e nos termos aprovados na 1.ª reunião extraordinária pública da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 8 de fevereiro de 2018, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 3 de 2018*, página 29), relativamente ao imóvel designado PM 1/Odivelas - Convento ou Instituto de Odivelas, em Odivelas, foi remetido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas para aprovação do seguinte:

- A aceitação da cedência de utilização ao Município de Odivelas, por um período de cinquenta anos, pelo Estado Português, do imóvel designado PM 1/Odivelas - Convento ou Instituto de Odivelas, sito no Largo D. Dinis, freguesia e concelho de Odivelas, com a área de construção de 25.445 m² e área de espaços exteriores de 56.766 m², delimitado nas plantas de localização;

- A minuta de Auto de Cedência de Utilização do imóvel denominado PM 1/Odivelas – Convento ou Instituto de Odivelas;

- A autorização para o pagamento pelo Município ao Estado Português de uma contrapartida financeira mensal, devida pela cedência do imóvel designado PM 1/Odivelas - Convento ou Instituto de Odivelas, pelo período de 50 anos, no valor de € 23.200,00 (vinte e três mil e duzentos euros), atualizável anualmente pela aplicação do coeficiente de atualização dos diversos tipos de arrendamento, determinado e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P., o qual ocorrerá após obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas, e com a celebração do Auto de Entrega das instalações ao Município;



- A repartição dos encargos contratualmente previstos, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, na sua redação atual, através da assunção de compromissos plurianuais;

- Que os encargos para o ano de 2018 sejam fixados, no que respeita à contrapartida financeira mensal, em 10 meses (março a dezembro), o que perfaz o montante de €230.200,00 (duzentos e trinta mil e duzentos euros).

“MINUTA DE AUTO DE CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO

Estado Português, pessoa coletiva de direito público n.º 501 481 036, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, entidade equiparada a pessoa coletiva, n.º 600 006 441, com sede na Rua da Alfândega, n.º 5, 1.º em Lisboa, neste ato representada pelo Arquiteto Miguel Correia Marques dos Santos, na qualidade de Subdiretor-Geral do Tesouro e Finanças, e da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, entidade equiparada a pessoa coletiva, n.º 600 083 942, com sede na Av. Ilha da Madeira, 1 em Lisboa, neste ato representada pelo licenciado Alberto António Rodrigues Coelho, na qualidade de Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional, doravante designado por Primeiro Outorgante,

E

Município de Odivelas, pessoa coletiva de direito público n.º 504 293 125, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes - Quinta da Memória, 2675 Odivelas, neste ato representado pelo licenciado Hugo Manuel dos Santos Martins, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, doravante designado por Segundo Outorgante.

O Primeiro Outorgante, na qualidade em que intervém, cede ao Segundo Outorgante, nos termos dos artigos 23.º e 53.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, e de harmonia com o Despacho n.º 5957/2017, de 5 de maio, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 129 de 6 de julho, o prédio do Estado, denominado por PM1/Odivelas - “Convento ou Instituto de Odivelas” sito no Largo de D. Dinis, Odivelas, distrito de Lisboa, classificado de monumento nacional, pelo Decreto-Lei de 16 de junho de 1910, publicado no Diário do Governo n.º 136, de 23 de junho de 1910, melhor identificado na planta anexa ao presente Auto e do qual faz parte integrante, doravante designado por Imóvel nas seguintes condições:

1. O Imóvel destina-se a ser recuperado, tendo em vista a sua conservação, restauro e adaptação adequada à instalação de serviços municipais e outros para fins de interesse público que se insiram no âmbito das atribuições

municipais previstas, designadamente no artigo 23º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

2. O Imóvel é cedido pelo prazo de 50 anos.

3. A contrapartida financeira devida ao Primeiro Outorgante, nos termos dos artigos 4.º, 23.º, 53.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, traduz-se no investimento na recuperação do imóvel previsto em € 16.053.510, acrescido de IVA (dezasseis milhões, cinquenta e três mil e quinhentos e dez euros + IVA), que o Segundo Outorgante realizará no Imóvel, e no pagamento de uma contrapartida pecuniária mensal no valor de € 23.200 (vinte e três mil e duzentos euros) atualizável anualmente pela aplicação do coeficiente de atualização dos diversos tipos de arrendamento, determinado e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, IP.

4. Para além da contrapartida referida no número anterior, são, ainda, da responsabilidade do Segundo Outorgante as despesas e os encargos com a conservação e a manutenção do Imóvel, bem como as decorrentes da utilização do mesmo, durante o período de cedência, nomeadamente consumos de eletricidade, seguros, tarifas de conservação de esgotos ou de proteção civil, água, gás e dos encargos tributários, nos termos do disposto no artigo 56.º e no n.º 3 do artigo 45.º do referido Decreto-Lei n.º 280/2007.

5. O Segundo Outorgante pode ceder a utilização de partes do Imóvel a terceiros, para os fins previstos no presente Auto, sendo que, caso tais cedências sejam geradoras de benefícios pecuniários de valor superior à contrapartida pecuniária mensal por si devida nos termos número 3, deve ser entregue ao Primeiro Outorgante, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, o montante correspondente a 25% daqueles benefícios, no caso de os espaços serem recuperados pelo Segundo Outorgante, e de 75% se recuperados pelos terceiros.

6. O Segundo Outorgante deve enviar à Direção-Geral do Tesouro e Finanças cópia de todos os acordos que celebre com entidades terceiras, no prazo de 30 dias após essa celebração.

7 Se por força da dimensão e características arquitetónicas do Imóvel, designadamente a sua classificação como “Monumento Nacional”, se revelar necessária a realização de investimento em valor superior ao fixado no número 3, a aplicação do disposto no número 5 terá por base a contrapartida pecuniária mensal corrigida pela percentagem do desvio positivo do investimento majorada pelo fator 1,5.

8. A aplicação do disposto no número anterior depende da apresentação pelo Segundo Outorgante de documento comprovativo do investimento realizado bem como de que o mesmo decorre de determinação de autoridade



administrativa competente, produzindo efeitos a partir do mês seguinte à sua comprovação.

9 As contrapartidas referidas nos números 3 e 5 são pagas mensalmente no decurso do mês a que respeitam mediante transferência bancária para a conta da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP, E.P.E), com o NIB 078 101 1201 1200 126 3665, indicando a referência “LQ-22”.

10. A realização de benfeitorias no Imóvel não confere ao Segundo Outorgante o direito ao recebimento de qualquer indemnização no termo da cedência.

11. Em conformidade com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, o Imóvel regressa, imediatamente, à posse do Primeiro Outorgante, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, se lhe for dado destino diferente ao estipulado neste Auto, no todo ou em parte, bem como se não for utilizado ou se for declarada a inconveniência da manutenção da mesma, aplicando-se, neste caso, o disposto no n.º 2 do artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto.

12. A presente cedência entra em vigor na data da assinatura deste Auto.

Pelo Segundo Outorgante foi dito que aceita a cedência de utilização constante deste Auto, nas condições aqui expressas que se obriga a cumprir.

Nestes termos, o Primeiro Outorgante deu a cedência de utilização, precária e onerosa, operada, sem mais formalidades.

Visado pelo Tribunal de Contas em de de 2018.

Deste Auto foram elaborados três exemplares, para entregar um a cada um dos Outorgantes.

Em, de de 2018.

O Primeiro Outorgante, O Segundo Outorgante,”

(Aprovado por maioria)

SOCIEDADE ODIVELAS VIVA

DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE PLANO DE INTERNALIZAÇÃO E NOMEAÇÃO DE LIQUIDATÁRIO

Presente para deliberação a proposta de dissolução e liquidação da Sociedade Odivelas Viva - Construção e

Manutenção de Equipamentos, S.A., Plano de Internalização da sua atividade no Município de Odivelas e nomeação de Liquidatário, de acordo com a Proposta n.º 2/PRES/2018, de 1 de fevereiro de 2018, remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, nos termos aprovados na 4.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 21 de fevereiro de 2018, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 4 de 2018*, página 9), para submeter à apreciação e aprovação do seguinte:

a) A dissolução da Sociedade Odivelas Viva - Construção e Manutenção de Equipamentos, S.A., por força do disposto nos art.º 61 a 66 da Lei n.º 50/2012, de 31/08;

b) A internalização das atividades da Odivelas Viva, S.A. nos serviços do Município;

c) Que o trabalhador da Odivelas Viva, S.A., é necessário à prossecução das atividades a internalizar;

d) O Plano de Internalização, nos termos do art.º 62, n.º 12, da Lei n.º 50/2012, de 31/08, que consta em anexo;

e) A nomeação como liquidatário, do Sr.º Vereador Paulo César Teixeira, o qual assegurará as obrigações preliminares de liquidação, apresentando um plano de ação devidamente valorado, devendo a liquidação estar terminada até 31 de março de 2018;

f) Que, no decurso do processo de liquidação do património da Odivelas Viva, S.A., se proceda ao levantamento dos seus ativos e passivos e que, na conclusão do processo de liquidação, se proceda à reversão para o Município de todos os seus direitos, obrigações, ativos e passivos;

g) Que, no seguimento das deliberações ora propostas as mesmas sejam comunicadas à Direção-Geral das Autarquias Locais e à Inspeção-Geral de Finanças, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da deliberação Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 61.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

“PLANO DE INTERNALIZAÇÃO

Odivelas Viva - Construção e Manutenção de Equipamentos, S.A.

Definição das atividades a internalizar:

O presente Plano visa internalizar as atividades e integrar os equipamentos sob gestão da Odivelas Viva - Construção e Manutenção de Equipamentos, S.A., as quais devem ser asseguradas diretamente pelo Município de Odivelas.



Com a referida internalização será dissolvida e liquidada a Sociedade Odivelas Viva, sendo transmitida para a esfera jurídica do Município de Odivelas todos os ativos, direitos, passivos e obrigações até ao momento detidas pela Odivelas Viva.

Assim, e nos termos do artigo 62º, n.º 12 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação.

O Plano de Internalização deve ter por base o seguinte:

1. Assunção da gestão e respetivas atividades que são desenvolvidas nos equipamentos - *Pavilhão Multiusos de Odivelas e da Escola Básica/Jardim de Infância do Casal dos Apréstimos* - pelo Município de Odivelas, com a consequente dissolução e liquidação da Sociedade Odivelas Viva, S.A.

2. Assunção das obrigações decorrentes da migração do empréstimo contraído junto da Caixa Geral de Depósitos pela Odivelas Viva, S.A. - Anexo 1, bem como de outros ativos/passivos, direitos e obrigações que decorram do processo de liquidação da sociedade e que devem ser reportadas no Relatório de Liquidação a ser elaborado pelo liquidatário.

3. Assunção do Acordo de Pagamento a celebrar com a MRG - Engineering & Solutions, S.A., no montante negociado com o empreiteiro e já aprovado pelo Conselho de Administração da Odivelas Viva, S.A. — Anexo 2.

4. O único posto de trabalho a internalizar decorre do contrato de trabalho celebrado com João Luís Costa Nunes, com as funções de coordenador técnico - Anexo 3, que são exercidas através do acompanhamento e controle das intervenções de manutenção necessárias para o regular e normal funcionamento dos equipamentos supra indicado (cópia do contrato de trabalho em anexo).

5. Posto de trabalho

Área de Atividades	Carreira de Integração no Mapa de Pessoal	N.º Trabalhadores
Educação	Técnico Superior	1
Total		1

Integração Funcionário - Meses de Fevereiro e Março de 2018		
Descrição	Rubrica Económica	Valor
Vencimento	01.01.09.01	€ 2.900,72/mês
Subsídio de Refeição	01.01.13.03	€ 4,77/mês
Descontos Obrigatórios - Segurança Social	01.03.05.02.02	€ 688,92 €/mês
Total		

6. Prestação de Serviços

Assunção de responsabilidades com os seguintes contratos de prestação de serviços que respeitam ao Pavilhão Multiusos de Odivelas e a Escola Básica/jardim de Infância do Casal dos Apréstimos (cópia dos contratos em anexo):

a) Sistema de AVAC: Pavilhão Multiusos de Odivelas e Escola EB1/JI Casal dos Apréstimos;

b) Segurança equipamento: Pavilhão Multiusos de Odivelas e Escola EB1/JI Casal dos Apréstimos;

c) Manutenção de Ascensores: Pavilhão Multiusos de Odivelas e Escola EB1/JI Casal dos Apréstimos;

d) Seguros: Pavilhão Multiusos de Odivelas e Escola EB1/JI Casal dos Apréstimos

Prestação de Serviços - Meses de Fevereiro e Março de 2018		
Descrição	Rubrica Económica	Valor
Manutenção de instalações	02.02.25	€ 3.065,57
Vigilância e Segurança	02.02.18	€ 690,07
Seguros	02.02.12	€1.671,45
Total		€ 5.427,09

7. Empréstimo Caixa Geral de Depósitos

Empréstimo contraído junto da C.G.D		
Descrição	Rubrica Económica	Valor
Amortização de Capital	10.06.03	€ 242.229,39
Juros	03.01.03.02	€ 89.427,27
Total		€ 331.656,66

8. Acordo de Pagamento

Acordo de Pagamento com MRG — Engineering & Solutions, S.A.			
Descrição	Rubrica Económica		Valor
Acordo de Pagamento	Amortizações	Projeto 12-I/2018 - 07.01.03.05	€ 349.241,13
		Projeto 54-I/2018 - 07.01.03.02	
	Juros	Projeto 260-A/2017 - 03.05.02.02	€ 150.758,87

No âmbito da internalização é ainda considerado o seguinte:

Anexo 4 - Património Social Imobiliário

Anexo 5 - Inventário Mobiliário e Equipamento

Anexo 6 - Sistema de AVAC: Pavilhão Multiusos de Odivelas e Escola EB1/JI Casal dos Apréstimos



Anexo 7 - Segurança equipamento: Pavilhão Multiusos de Odivelas e Escola EB1/JI Casal dos Apréstimos

Anexo 8 - Manutenção de Ascensores: Pavilhão Multiusos de Odivelas e Escola EB1/JI Casal dos Apréstimos

Anexo 9 - Seguros: Pavilhão Multiusos de Odivelas e Escola EB1/JI Casal dos Apréstimos

Nos termos da al. c) do n.º 1 do art.º 33, conjugado com a al. a) do n.º 1 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12/09, a despesa foi objeto da respetiva cabimentação orçamental

Nos termos da lei 8/2012, de 21/02, e conforme declaração de verificação da existência de fundos disponíveis que se anexa, existem fundos disponíveis para se assumir o presente compromisso. (...)”

(Aprovado por maioria)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

4.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 28 de março de 2018

DELIBERAÇÕES

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA

DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ODIVELAS

Designação de representantes das Freguesias do Concelho de Odivelas para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, tendo em consideração o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º-D da Lei n.º 76/2017 de 17 de agosto, de acordo com a proposta de deliberação n.º 01/AMO/2018 de 7 de fevereiro de 2018.

Aprovada a Proposta A, após votação por escrutínio secreto, sendo os representantes no Conselho Municipal de Defesa da Floresta, os Presidentes das Juntas de Freguesias de Odivelas, Pontinha/Famões, Póvoa de St. Adrião/Olival Basto e Ramada/Caneças – Nuno Gaudêncio, Corália Rodrigues, Rogério Breia e Manuel Varela.

DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO

DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO NA FREGUESIA DA PÓVOA DE SANTO ADRIÃO

Presente para deliberação a proposta de desafetação, do domínio público para integrar o domínio privado municipal, da parcela de terreno com a área total de 218,00m², (relativa às áreas, quer de implantação da infraestrutura da cafetaria, quer do terreno integrante da mesma), a desafetar da parcela de terreno com a área de 8.902,20 m², correspondente ao atual Parque Público da Póvoa de Santo Adrião (Zona Verde), sita na Rua Major Mouzinho de Albuquerque, Quinta da Palmeira, Freguesia



de Póvoa de Santo Adrião, descrita na Conservatória do Registo Predial de Odivelas sob a ficha n.º 533 da Freguesia da Póvoa de Santo Adrião, e omissa na respetiva matriz predial urbana, confrontando a Norte e Nascente com Rua E, a Sul com Rua D e a Poente com Quinta da Quintinha, a qual passará a ter a área de 8.684,20 m² que permanecerá no domínio público, identificada a cinza e sob a letra C na Planta constante do Anexo IV da Informação Interno/2017/12641, de 2017.11.02, à qual se atribui, para efeitos registrais, o valor de € 103.240,00 (cento e três mil, duzentos e quarenta euros), de acordo com o proposto na Informação mencionada, remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, nos termos aprovados na 4.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 21 de fevereiro de 2018, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 4 de 2018*, página 10).

(Aprovado por unanimidade)

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

AQUISIÇÃO DE REVISÃO OFICIAL DE CONTAS PROCESSO N.º 5/DM/2018

Presente para deliberação a adjudicação do concurso público para aquisição de revisão oficial de contas, para o período de 2018/2021 – agrupamento de entidades adjudicantes, à empresa Baker Tilly, Pg & Associados, SROC, S.A., pelo preço contratual global de 20.000,00€ (vinte mil euros), ao qual acrescerá I.V.A., à taxa legal em vigor, repartidos pelos anos de 2018 a 2021, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/2288, de 2018.02.27, da Câmara Municipal de Odivelas, remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, nos termos aprovados na 5.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 7 de março de 2018, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 5 de 2018*, página 9), e nos termos da Proposta n.º 100/2018 dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR) (remetida a esta Câmara Municipal através do ofício S/6405, de 2018.02.27 e deliberada pelo Conselho de Administração dos SIMAR de Loures e Odivelas, em 26 de fevereiro de 2018, na sua 9.ª reunião ordinária).

Esta Adjudicação vem na sequência da aprovação da abertura do procedimento na 2.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 29 de novembro de 2017 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 25 de 2017*, página 8) e na 5.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas,

realizada a 27 de dezembro de 2017 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 1 de 2018*, página 77).

(Aprovado por unanimidade)

SERVIÇO POSTAL

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Presente para deliberação, “Avaliação do Serviço Postal / CTT (requerido pela bancada do CDS/PP)”, de acordo com o requerimento n.º AMO/ENT/2018/106, de 2018.02.02, remetido pela bancada do CDS/PP à Assembleia Municipal.

“PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Tem vindo a ser agravadas as deficiências de Serviço Postal em manifesto prejuízo das populações em geral e de algum modo a actividade empresarial na área do Município.

O serviço que nas estações dos CTT implicavam demoras com bichas inusitadas e tempos de espera longos, derivados dos múltiplos serviços prestados e da falta de diferenciação no atendimento, dado que se misturavam simples selos e cartas registadas, com todo o tipo de ofertas desde brindes a livros, produtos financeiros, encomendas, levantamentos e envios de valores, etc, vê-se agora agravado pela prioridade ao negócio bancário.

Independentemente dos serviços nas Estações, ocorre que estas estão a ser encerradas ou condicionadas na actividade por opção de gestão do concessionário e manifesto prejuízo do Serviço Postal devido às populações, com as consequentes implicações no cumprimento das obrigações para com o Estado.

Os encerramentos ou a falta de novas aberturas em pontos que a urbanização justifica, dão lugar a quiosques de substituição, para garantir o Serviço Postal, algo que será aceitável para a aquisição de estampilhas, entrega ou levantamento de registos e encomendas, mas já será duvidoso a manipulação de valores por parte destas entidades. O sigilo e a reserva pessoal não está assegurada e as deficiências de serviço são ampliadas.

O estado do Serviço Postal chegou ao ponto em que na União das Freguesias de Pontinha e Famões, mais concretamente em Famões apenas um quiosque serve a população e mesmo esse está frequentemente fechado ou com horários irregulares, limitando a recepção de correspondência e levantamento de avisos legais, quando não tem falta de dinheiro para pagamentos, obrigando os



utentes a deslocarem-se à Amadora para tratar dos seus assuntos quando é possível.

Assim, propõe-se que por parte da CMO seja efectuado o levantamento das condições do Serviço Postal e que as deficiências sejam remetidas ao Concessionário e ao Regulador para que se proceda em conformidade.

João Pela”

(Aprovado por maioria)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 15 de fevereiro de 2018”

(Aprovado por unanimidade)

COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES

COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

“PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 02/AMO/2018

Composição das Comissões Especializadas Permanentes
da Assembleia Municipal de Odivelas

Nos termos do disposto na alínea 9) do número 1 do artigo 26º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com os artigos 66º e 69º do Regimento da Assembleia Municipal de Odivelas, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a constituição de Comissões Especializadas Permanentes, devendo o número de membros de cada Comissão ser fixado pela própria Assembleia Municipal.

1 - Face ao exposto, propõe-se a constituição das seguintes Comissões Especializadas Permanentes:

- 1) Comissão Permanente
- 2) Comissão do Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente
- 3) Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Desporto
- 4) Comissão da Coesão Social e Saúde
- 5) Comissão de Assuntos Económicos e Financeiros

2 - Mais se propõe que a Comissão Permanente seja constituída pela Mesa da Assembleia Municipal e por 1 representante de cada grupo municipal.

3 - Propõe-se ainda que as restantes Comissões Especializadas sejam constituídas por 11 membros, a definir em sede de Comissão Permanente.